

Caderno MEL 12

O GUIA DAS ESCOLAS CRISTÃS

PROJETO DE EDUCAÇÃO HUMANA E CRISTÃ

Léon Lauraire, FSC

O *Guia das Escolas Cristãs* é uma obra essencial para o projeto de educação humana e cristã de São João Batista de La Salle e de seus primeiros Irmãos. O mais antigo manuscrito conhecido data de 1706. Durante três séculos, esse *Regulamento das Escolas* foi um espaço de referência e de avaliação da ação educativa e pedagógica dos Irmãos. Mais de 24 reedições são o testemunho concreto da aspiração, durante todos esses anos expressada, de ver reescrito esse texto do fundador.

Os motivos para isto são múltiplos:

O primeiro se refere ao método usado para ele ser redigido: “Este Guia foi redigido em forma de regulamento, somente após um grande número de conferências (reuniões) com os Irmãos mais antigos e mais experimentados em dar bem suas aulas, e não antes de uma experimentação durante muitos anos”. Durante cerca de 20 anos, esses Irmãos confrontaram suas práticas para, finalmente, manterem apenas as mais eficientes e também as mais significativas de seu projeto educativo. Trata-se, pois, de uma obra coletiva, e não de um pensador isolado.

O segundo se prende ao fato de este *Guia* ser uma regulamentação prática. Não é um tratado geral sobre o professor, o aluno, a pedagogia... mas uma ação pensada, que deliberadamente opta por suas situações de intervenção, e orienta suas estratégias para um objetivo claro. Esta característica, com frequência, tem intrigado os teóricos da educação, que perceberam como um pouco insuportável essa conformação rigorosa a detalhes...Mas, como proceder diferentemente, colocado todos os dias, diante de 60, 70 crianças fervilhando de energia?!

Por fim, esse texto desabrochou no Instituto uma atitude dialética nunca desmentida nem abandonada desde as origens: ter uma visão clara, exata, argumentada... do projeto de educação humana e cristã e, ao mesmo tempo, a permanente interrogação sobre as condições reais, práticas, adaptadas ao seu progressivo desenvolvimento. É nisto que reside a perenidade de uma tradição educativa.

Esse texto é, pois, um dos grandes mananciais do Projeto Lassalista.

Desde há anos, o Irmão Léon Lauraire tem trabalhado metodicamente o texto do *Guia das Escolas*. Com o objetivo de compreender o contexto social e espiritual da elaboração dele, está tentando descobrir a intenção e a intuição educativa que motivaram sua redação e essa atenção prestada a muitas minúcias.

Alguns anos atrás, numa revista lassalista francesa, o Irmão Léon Lauraire publicou uma vintena de artigos para o entendimento das preocupações educativas dos redatores do *Guia*. Hoje, ele os propõe, neste caderno, para nossa reflexão.

São artigos breves, percebidos como temas de estudo em encontros de equipes lassalistas, temas passíveis de serem tratados em quatro momentos, como:

- A equipe opta por um artigo, na linha de suas preocupações.
- A equipe faz uma leitura atenta, visando a divisar a intenção ou intuição educativa, e as práticas que lhe sejam chegadas.
- A equipe confronta sua própria visão educativa e os meios práticos de que hoje se servem.
- A equipe tira algumas conclusões práticas para o hoje.

Vai aqui um agradecimento ao Irmão Léon Lauraire, por esta sua contribuição fraterna.

Irmão Nicolas Capelle, FSC

UMA ESCOLA PARA OS JOVENS

O “Projeto Educativo Lassalista”, nas suas mais recentes apresentações, se articula em torno de três elementos: *o serviço aos jovens, a dimensão associativa da ação, e a busca de uma educação humana e cristã integral*. Estes três elementos se enraízam numa tradição trisseccular incessantemente atualizada.

Uma “escola centralizada no aluno”: Discurso generoso, ou realidade? – O que diz o *Guia das Escolas* a este respeito? – Algumas palavras, assim parece, podem dar-nos uma chave de leitura do projeto das origens.

Organização

A La Salle e a seus primeiros Irmãos apresentou-se a oportunidade de poder e de dever inventar uma escola nova, sob aspectos diferentes daquelas que então existiam. Sua caminhada foi pragmática e indutiva, partindo das necessidades dos jovens, assim como eles as perceberam, e propondo respostas. Dessa preocupação inicial surgiram:

- Finalidades e objetivos gerais de sua escola.
- Estruturas suficientemente flexíveis para se adaptarem às necessidades pessoais dos alunos.
- Uma divisão do processo de aprendizagem e do trabalho escolar em “lições” e “seções ou níveis” que facilitassem a repartição dos alunos, de tal maneira que cada aluno pudesse integrar-se no grupo que melhor conviesse à sua situação.
- Uma nova gestão dos currículos ou programas de estudo, identificando os objetivos a visar em cada disciplina proposta.
- Uma gestão flexível do tempo escolar, podendo até mesmo modificar a duração das seqüências, em função do número de alunos.
- Um acompanhamento do progresso de cada aluno, mediante avaliações freqüentes e rigorosas, cuja importância todos conhecemos.

Diferenciação

Uma organização assim permitia a diferenciação. No *Guia das Escolas*, a passagem de uma classe à seguinte não se prendia a uma média de notas ou conceitos: O aluno podia estar situado em grupos diferentes, conforme a matéria lecionada. Essa flexibilidade permitia, pois, cursos escolares personalizados, ainda que as técnicas de trabalho não fossem as da atual pedagogia personalizada, uma vez que os alunos, em cada matéria, trabalhavam em pequenos grupos homogêneos.

Disso resultou uma forma específica de trabalhar que respeitava os níveis, os ritmos, as capacidades, e mesmo os projetos de futuro de cada um. Para realizar isto: procedia-se a um exame inicial que determinava o nível de início, avaliava-se mensalmente, observava-se o comportamento dos alunos para apreciar suas aptidões, e se atendia à preocupação de saber o que cada aluno cogitava para seu futuro.

Relacionamentos

No *Guia das Escolas*, assim como em outros escritos de La Salle, os alunos nunca são considerados como meros aprendizes: eles são pessoas que merecem toda consideração e respeito. O respeito mútuo é a atitude que melhor caracteriza os relacionamentos inter-pessoais de decoro e de civilidade, tanto na escola como fora dela. Uma atitude fundamentada numa antropologia cristã que sustenta todo o conjunto do projeto lassalista. A relação educativa torna-se, assim, a força motriz no sentido de centralizar toda a escola no aluno.

Para desenvolver uma tal relação, impõe-se um conhecimento pessoal aprofundado de cada aluno. O *Guia* propõe variados meios para chegar a esse conhecimento: a coleta de informações na hora da inscrição; o contato com os pais ou os tutores toda vez que isto se tornava necessário; a presença prolongada do professor junto dos alunos; os elementos concretos para traduzir os resultados dessa observação (cinco Catálogos que ofereciam uma espécie de radiografia do comportamento de cada um); o registro de uma síntese de apreciação do professor no “catálogo das boas e das más qualidades dos alunos”, e a colaboração constante com o inspetor da escola, que acrescia um outro olhar sobre o aluno.

Com certeza, tratava-se de meios simples e concretos, mas sobretudo eficazes, e que permitiam objetivar uma observação que poderia incorrer no risco de ciladas do subjetivismo. O objetivo desses diversos procedimentos era vincular uma relação educativa impregnada de lucidez, confiança, cordialidade e afeto. Para caracterizar essa relação, La Salle empregou termos fortes, como: amor, afeto, ternura... Ao mesmo tempo, descartou qualquer fraqueza, sensibilidade ou comprometimento, para que a relação se tornasse um lugar para realizar o processo de identificação. No professor, isto pressupunha um equilíbrio real, afetivo e relacional.

Em face das necessidades sociais, afetivas ou espirituais dos alunos, esta atitude exemplar do professor constituía um meio privilegiado de humanização, de libertação e de evangelização dos jovens, pois esse tríptico objetivo educativo só podia ser atingido pela experiência do verdadeiro amor humano.

Participação

O termo participação não consta do vocabulário de La Salle, mas pode ajudar-nos a compreender melhor o que se passava concretamente em suas escolas.

Ali, a participação se revestia de três formas habituais:

- A própria forma de trabalho implicava uma atividade constante e sustentada pelo aluno: Tratava-se de aprendizagens e, nessa área, ninguém podia bancar o substituto do aprendiz. Cada um era verdadeiramente responsável por seus progressos. Na escola lassaliana, o aluno nunca foi um ouvinte passivo.
- Em certos momentos de exercícios coletivos, a participação tomava a forma de ajuda prestada por certos alunos a outros que tinham precisão dela de imediato. Eles corrigiam os erros, ajudavam a superar dificuldades, davam o exemplo de boas respostas... A ajuda mútua existia também durante os momentos em que a classe funcionava na ausência do professor, o que se dava a cada início de meia-hora.
- Mas, havia sobretudo uma participação de solidariedade resultante de pequenos “encargos ou ofícios”, formas de contribuição à boa marcha do conjunto da classe. A locução introdutória do capítulo “*Dos Ofícios da Escola*” é muito clara: “Haverá certo número de ofícios nas escolas, pequenas tarefas e funções, que os professores pessoalmente não podem ou não devem executar”.

Prosseguindo, no texto, são enumerados e explicados brevemente 14 desses ofícios. Com certeza, tratava-se bem de uma espécie de outorga de responsabilidade por parte do professor, e de uma lúdica participação por parte de numerosos alunos a quem os ofícios eram confiados.

Formação

Os parágrafos anteriores esboçam um estilo de escola centralizada nos alunos. Todavia, pôr em prática esse estilo não se dava por acaso, e o exemplo das primeiras escolas lassalianas evidencia, pelo menos duas atitudes necessárias aos professores: a formação e o compromisso.

Para La Salle e para os Irmãos, a formação não era uma simples opção possível, mas uma responsabilidade essencial e uma preocupação permanente, a tal ponto que ocupava todos os momentos livres de sua vida extra-escolar. Cada um devia esforçar-se para melhorar todos os dias sua competência até atingir a excelência. Coletivamente, todos realizavam encontros anuais para se enriquecerem mutuamente e aprofundarem o dinamismo associativo que os unia. Na realidade, os alunos mobilizavam o tempo, as energias, as preocupações, e até mesmo a oração diária de seus professores.

O compromisso

Centralizar verdadeiramente a escola nos alunos pressupõe uma vontade comum deliberada e firme, capaz de superar as dificuldades que vierem de fora, e a inércia e as resistências de dentro da própria escola. Já no século XVII, isto nem sempre era fácil. Seria injusto minimizar a vontade dos Irmãos de elaborar esse tipo de escola. Ingressando na “Sociedade dos Irmãos das Escolas Cristãs”, cada um tinha a clara consciência de comprometer-se radicalmente no serviço aos filhos dos artesãos e dos pobres. Um compromisso para o qual se sentia chamado: era sua vocação.

Ainda hoje, o mister de professor conserva uma dimensão “vocacional” para todo aquele que quiser optar por ele. Implica, pois um compromisso. No mundo lassalista, esse compromisso é, ao mesmo tempo, pessoal e coletivo. Este é o sentido da Associação. Na medida em que isto for esquecido, corre-se o risco de esquecer também que a escola, em primeiro lugar, é feita para os alunos.

* * *

Uma pedagogia preventiva

Na França, muitos historiadores que versam o *Guia das Escolas* se fixam e insistem sobre o capítulo “Das Correções, ou Dos Castigos”, como se esta fosse a principal característica da obra. Uma leitura rápida e superficial da obra os leva a formular apreciações aproximativas. Como resultado, podem ter chegado à idéia de que a pedagogia preconizada por São João Batista de La Salle e os primeiros Irmãos, era essencialmente repressiva.

É verdade que esse capítulo é o mais longo do *Guia*, mas, sem nenhuma dúvida, é também o mais matizado, o mais minuciosamente estudado, pois esse tema era melindroso na época. Na mentalidade do século XVII e no sistema de sanções em vigor na sociedade, era muito difícil escapar inteiramente aos castigos corporais. O *Guia das Escolas Cristãs* não é precisamente uma afirmação de angelismo, mas o capítulo das “Correções ou Castigos”, tenta sobretudo explicar aos professores a maneira de agir para não ter que corrigir ou castigar. Não podia ser de outra maneira, porque o Fundador e os Irmãos consideravam que a direção e a educação das crianças era, antes de tudo, uma operação do coração, e que era essencial criar laços de afeto e de cordialidade com todos os alunos. Foi desta convicção que nasceu uma pedagogia essencialmente preventiva.

Mais vale prevenir do que corrigir ou curar

Esta máxima da sabedoria popular aplica-se perfeitamente à pedagogia lassaliana. Dela encontramos ilustrações em todas as dimensões da escola, assim como é descrita no *Guia*. Por

razões de brevidade, vamos apenas destacar alguns exemplos, tanto no referente ao processo de aprendizagem e ao andamento da lição, como no comportamento escolar e extra-escolar dos alunos, e até mesmo na preparação do futuro profissional deles.

A aparência material da sala de aula já era um lembrete permanente das obrigações do aluno. Cinco “máximas”, fixadas contra as paredes, tinham por objetivo “prevenir” os alunos esquecidos, distraídos ou negligentes. Desde o momento de sua admissão na escola, os alunos – e seus pais – eram claramente informados acerca daquilo que deles se esperava. Eles eram explicitamente postos a par de que seriam corrigidos, por “não terem estudado, não terem feito os deveres escritos, por estarem ausentes da escola, por não terem estado atentos na aula de catecismo, por não terem rezado a Deus”. Era este o teor das cinco máximas, fixadas contra as paredes da sala. Elas tinham o duplo mérito de prevenir os alunos e evitar qualquer arbitrariedade do professor, suas mudanças bruscas de humor, suas preferências pessoais.

No referente à disciplina na escola, podemos dizer que toda a segunda parte do *Guia das Escolas* era dedicado aos meios preventivos. Desde o início, o texto anuncia que há nove meios principais para “estabelecer e manter a ordem nas escolas”. Não vamos analisar todos, mas vamos ater-nos somente ao termo que resume o essencial: a *ordem*. A ordem em todos os aspectos da vida e do trabalho ou atividade na sala de aula. Torna-se fácil perceber que a “ordem” traz em si uma conotação preventiva, na medida em que obsta os imprevistos, elimina os riscos desfavoráveis de inconveniências da vida em grupo. – Por outro lado, a ordem era necessária numa sala de aula com efetivos tão numerosos, confinados em espaços muito restritos. Não é de estranhar, pois, que encontremos a noção de ordem presente na disciplina da sala de aula, na aprendizagem de base, na sistematização do material pedagógico, nos deslocamentos no interior e fora da escola, nos relacionamentos entre as pessoas.

A prevenção contra riscos morais

Os educadores e as educadoras do século XVII preocupavam-se muito com a moralidade. Eles se punham de sobreaviso contra a inclinação natural para o mal que, na sua maneira de ver, caracteriza a natureza, mais especialmente nos anos da juventude. Eles tinham profunda convicção da influência contagiosa do exemplo – bom ou mau – e sabiam que os “libertinos” frequentemente constituíam uma realidade urbana, mais especialmente nas ruas das cidades. Estas considerações esclarecem diversas medidas de precaução que encontramos registradas no *Guia das Escolas*: a prevenção contra os perigos das más companhias; a visita aos alunos que faltavam às aulas; a exclusão de libertinos da escola (sanção máxima, conforme o *Guia*); a instituição do “inspetor da escola” e de seus “dois auxiliares”, para vigiar os alunos nas ausências do professor; a observância de certos procedimentos na sala de aula e na Igreja, com o objetivo de evitar quaisquer contatos abusivos; o verdadeiro ritual para orientar os deslocamentos dos alunos da escola para a igreja, e da igreja para casa; a lista de recomendações que deviam ser dadas na véspera do início das férias; mas também a necessidade do bom exemplo, tanto por parte do professor como dos alunos entre si.

A prevenção e a correção imediata de erros cometidos durante a aprendizagem

Nesta perspectiva convém reler a primeira parte do *Guia das Escolas*. Na leitura, escrita, aritmética, ortografia e catecismo, se pode perceber a preocupação dos professores no sentido de os alunos evitarem eventuais erros. Assim como estudos modernos sobre processos de aprendizagem demonstram, a experiência do erro ou do fracasso – sobretudo se repetida – é contraproducente, e tem efeitos negativos na aquisição de conhecimentos.

Os autores do *Guia* não sabiam disso, mas para evitar os efeitos negativos do erro, preconizavam um certo tipo de aprendizagem: o da imitação e da repetição, a partir de um modelo dado pelo professor. Quando isso se tornava possível, também se recorria a exemplos e correções dados por outros alunos, o que constituía uma espécie de ajuda mútua. Isto tinha por objetivo evitar os titubeios, as tentativas infrutíferas, que sempre deixam algum traço nefasto na mente. Compreende-se, assim, que a correção imediata desempenhava uma função de prevenção contra incorreções na aquisição de conhecimentos seqüentes.

A prevenção contra fracassos pós-escolares

Pode ser que esta expressão surpreenda. Todavia, ela expressa uma dimensão importante da pedagogia lassaliana. La Salle e seus Irmãos sabiam de que meio sócio-econômico seus alunos procediam: “filhos de artesãos e de pobres”. Tinham plena consciência dos impasses que, muitas vezes, os pais deles tinham que enfrentar, e do desejo destes para preparar os filhos para chegarem a uma condição melhor que a deles. Eles queriam que a escola servisse como meio de promoção. Esta preocupação se encontra traduzida de diversas maneiras no *Guia das Escolas*. Citamos como exemplos:

- ♣ A luta contra o absenteísmo, porque uma escolaridade irregular não permite ao aluno um aproveitamento total, comprometendo assim suas chances futuras. Se o absenteísmo, por um lado, perturba o andamento harmonioso normal de uma classe, por outro lado, ele é ainda mais prejudicial para o culpado. Na mesma linha desta idéia, a falta de pontualidade faz correr os mesmos riscos.
- ♣ A busca de uma escola eficiente, útil para o futuro. É sobretudo devido às expectativas e exigências dos pais que o *Guia das Escolas* insiste sobre a importância de uma escola eficiente, que prepare adequadamente os alunos para seu futuro profissional.
- ♣ Toda a primeira parte do *Guia das Escolas* explica amplamente as condições para uma aprendizagem sólida, útil, de qualidade. A competência assim adquirida e avigorada aumenta as chances de, mais tarde, encontrar um emprego, e manter-se nele.
- ♣ Uma preocupação análoga está expressa a respeito da “inserção na Igreja”, pois o aluno também é um cristão que deve adquirir bons hábitos, praticar as máximas do Evangelho, integrar-se na sua comunidade paroquial, e não apenas memorizar as verdades especulativas da doutrina cristã.
- ♣ Por fim, obviamente, se apresenta uma consequência lógica: Para atingir esse objetivo de inserção sócio-profissional-ecclesial, é natural que a escola estabeleça relacionamentos freqüentes e permanentes com os pais dos alunos e com o meio corporativo que eles integram e onde desenvolvem sua atividade.

A prevenção não se improvisa

Uma vigilância constante e coordenada não é suficiente. A prevenção também depende muito diretamente da pessoa do professor, cuja responsabilidade a faz germinar e crescer. Se passarmos um pouco para fora do *Guia das Escolas* para analisarmos o pensamento e a ação de São João Batista de La Salle, nós encontraremos diversas condições prévias de uma boa prevenção. Podemos evocar sucintamente as seguintes:

- ♣ Uma formação inicial em parte orientada para essa pedagogia preventiva. Num texto intitulado “Formação de Novos Professores”, está explicado como o candidato deve

preparar-se para entrar em contato com seus alunos e impor-se a eles com “uma apresentação de determinação, atraente e influente” que lhes capte o respeito, a simpatia, e os ganhe”. É este o sentido da autoridade pessoal que evita recorrer ao exercício do poder.

- ♣ O empenho para se pôr ao alcance dos alunos, para que eles realmente aproveitem das atividades da aprendizagem. Esta é uma insistência muitas vezes repetida por La Salle nos seus escritos, encontrável também na “Formação de Novos Professores”. Estes devem adquirir “facilidade e destreza no falar, para se expressarem com clareza e metodicamente, e assim se porem ao alcance dos meninos a quem ensinam”.
- ♣ Um trabalho diário do Irmão, que consistia em exercitar-se na comunidade, em vista de dominar perfeitamente os exercícios que deveria depois propor aos alunos. Uma espécie de formação permanente, simples na aparência, mas essencial no tipo de aprendizagem proposta aos alunos e no contexto pedagógico da época. O professor devia tender à perfeição para poder servir de exemplo e de modelo para seus alunos.
- ♣ A prevenção assegurada coletivamente, graças ao trabalho em equipe em cada escola, sob a forma de colaboração e de ajuda mútua entre os professores, especialmente com o fito de garantir a boa ordem nas salas de aula, bem como nos deslocamentos dos alunos.
- ♣ Mais importante ainda era o conhecimento pessoal aprofundado de cada aluno. O *Guia das Escolas* previa todo um dispositivo que iniciava com a admissão do aluno e se prolongava até o final da escolarização. Um conhecimento baseado num interesse profundo em cada um, que permitia uma adaptação do ensino às possibilidades individuais, e se traduzia nos registros em diversos “Catálogos”, a que o *Guia* se refere.
- ♣ Mais profundamente ainda, a ação preventiva se desenvolvia no relacionamento educativo que La Salle queria. Um relacionamento que era mais que o simples interesse para obter o apreço e a estima recíprocos. Finalmente, é bem certo que foi nisto que La Salle fundamentou sua pedagogia preventiva. Para o professor não era uma forma de proteger sua autoridade, de evitar a desordem na sala de aula. Bem antes, era uma forma de proteger o aluno contra tudo que pudesse atentar contra a integridade de sua pessoa, perturbar seu trabalho, ou infundir uma orientação errada à sua vida.

* * *

A VIGILÂNCIA

A vigilância é um tema insistentemente lembrado nos escritos de São João Batista de La Salle. A segunda parte do *Guia das Escolas* abre com a enumeração das nove “coisas que podem contribuir para estabelecer e manter a boa ordem nas escolas”. A primeira é a “vigilância do professor”. É uma das “doze virtudes do bom professor”, retomada no final da obra:

Da vigilância que o professor deve exercer na escola

A vigilância do professor na escola consiste principalmente em três coisas: 1. Em corrigir todas as palavras mal-pronunciadas por um aluno que estiver lendo. – 2. Em conseguir com que todos os alunos sigam a mesma lição. – 3. Em exigir um silêncio muito exato na escola. - Deve o professor estar permanentemente atento a estas três coisas.

Essa importância atribuída à vigilância, hoje, pode surpreender. Mas é interessante notar que a primeira condição para o bom andamento de uma escola, para o Fundador, era

essencialmente a qualidade da relação pedagógica e não as estruturas, o regulamento, a disciplina... mesmo que esses aspectos também encontrassem seu lugar na sequência de sua obra.

Para nos restabelecermos dessa surpresa, é preciso que conheçamos o significado atribuído ao termo “vigilância” na época do fundador. O termo se foi gradativamente contaminando com conotações como de inspeção, fiscalização, imposição de disciplina, emanações de desconfiança, todos eles aspectos nitidamente restritivos com relação à acepção primeira do termo.

Uma abordagem semântica

Podemos aludir à definição do “*Nouveau Dictionnaire Français*” de Pierre Michelet (1709): “*Intensa aplicação da mente que se empenha na guarda de alguma coisa. Ação da pessoa que está alerta e que fixa os olhos sobre algo, para que tudo aconteça tão bem como ela deseja*”...

Na tradição lassalista, vários textos do Fundador ou de comentaristas da “vigilância”, insistem sobre o lado educativo dessa atitude. Eles vêem nela a manifestação do zelo e lembram que o educador deve exercer sua vigilância: primeiro sobre si mesmo; sobre todo o ambiente educativo; diretamente sobre os alunos, a fim de discernir as manifestações de sua evolução, e intervir oportunamente com o aconselhamento adequado. A vigilância é também um olhar de fé sobre o aluno, e isto confere uma dimensão espiritual a ela. Ela não deve ser inquieta, apreensiva, desconfiada, perturbada, nervosa... pois se tornaria ofensiva para os jovens e importuna para o professor.

De acordo com o comentário do Irmão Agathon, no século XVIII, “essa vigilância deve ser tranqüila, serena, sem nervosismo, sem coação, sem afetação. Todas estas características a tornam mais perfeita”. É, pois, uma atitude voltada totalmente para o exercício da tarefa educativa. Para o educador, é a consciência de sua responsabilidade. É o compromisso lúcido e generoso na relação educativa.

Vigilância e Pedagogia Preventiva

Na escola de João Batista de La Salle, a vigilância e as correções constituíam as duas faces de uma mesma vontade pedagógica: garantir a ordem. Bem exercida, a vigilância devia prevenir contra as desordens na sala de aula, bem como valer para superar dificuldades na aprendizagem, e, portanto, evitar o ter que recorrer a punições. Era uma aplicação do velho adágio: “Mais vale prevenir que curar”.

Foi isto que induziu La Salle a recomendar tão vivamente a presença permanente de adultos junto dos alunos. Esse modo de prevenir não se referia apenas ao comportamento pessoal dos alunos, mas também ao desenvolvimento de seu trabalho escolar. Isto se depreende claramente deste capítulo do *Guia das Escolas* acima citado. O comentário se fundamenta sobre princípios muito modernos das leis da aprendizagem, como sejam: O erro não é educativo; uma pedagogia que visa o êxito é mais eficaz...

Assim, podemos agora falar da dimensão pedagógica da vigilância que, sobretudo, visa a:

- Garantir a qualidade e a solidez das aquisições.
- Despertar e manter a atenção.
- Criar um ambiente de silêncio propício ao trabalho de todos.
- Praticar uma pedagogia sob medida conforme as necessidades dos alunos.

Dimensão educativa

A vigilância, na intuição de João Batista de La Salle se estendia a todo o conjunto das maneiras de proceder do aluno: suas atitudes, seus hábitos, seus relacionamentos com outras pessoas, seu comportamento de todas as horas... Se tomarmos em consideração o conjunto do *Guia das Escolas*, ou mesmo o conjunto dos escritos do Fundador, perceberemos que a vigilância é um dever do professor, dentro e fora da escola, durante o tempo em que os alunos estão presentes na escola, mas também em vista de seu futuro pessoal, profissional e cristão.

Esse interesse educativo, ele o traduziu, por exemplo, nesta citação de uma carta ao Irmão Robert, com data de 21 de maio de 1709: *“Exerça uma cuidadosa vigilância sobre os meninos, pois somente haverá ordem na escola, na medida da vigilância exercida sobre os alunos, e isto é que fará com que progridam no estudo. Não será sua impaciência que fará que eles se corrijam, mas será sua vigilância e seu modo de agir e de viver”* (C 55.16 e 17).

Dimensão espiritual e pastoral

Assim como os outros educadores da época, La Salle tinha lúcida consciência dos perigos morais a que estavam expostos os meninos que freqüentavam suas escolas. Ele ansiava por protegê-los. Para ele a vigilância se enraizava na teologia da salvação. O professor cristão devia tender a tornar-se um “Bom Pastor”, vigilante – conforme o modelo proposto pelo Evangelho – para afastar os meninos do pecado, e levá-los a se converterem, e assim se “salvarem”.

O próprio Jesus Cristo, no Evangelho, é quem nos exorta a uma permanente vigilância sobre nós mesmos e sobre aqueles que nos são confiados.

João Batista de La Salle coloca a vigilância muito acima da supervisão ou do simples controle. Ele faz dela um elemento essencial do exercício do ministério da educação cristã. Mais que simples instrumento da pedagogia preventiva, ela vem a ser uma atitude pastoral por excelência. Ela não visa apenas a proteger os alunos nos seus efeitos dissuasivos, mas a incitá-los e ajudá-los num crescimento espiritual de qualidade.

Tomada em toda sua riqueza e profundidade, para os educadores lassalistas de hoje, a vigilância continua sendo um caminho real de educação para a verdadeira liberdade pessoal e a autonomia responsável dos jovens num clima de confiança recíproca.

UMA ESCOLA DE RELACIONAMENTOS

De como os professores devem comportar-se com seus alunos

Na sua meditação de número 33, São João Batista de La Salle, aproveita a parábola do Bom Pastor (*Jo 10, 11-16*) para nos oferecer um breve condensado de psicopedagogia concreta, especialmente sobre o relacionamento professores-alunos. Cada um dos três pontos dessa meditação evoca dois temas essenciais:

1º Ponto: No Evangelho de hoje, Jesus Cristo compara aqueles que têm direção de almas a um *bom pastor* que tem grande solicitude pelas suas ovelhas. Uma das qualidades que o bom pastor deve possuir é conhecer todas as ovelhas distintamente. Esta também deve ser uma das atenções primordiais dos que se dedicam à educação dos outros: conhecê-los e discernir o modo de tratar com eles.

Com efeito, com alguns é preciso usar de mais bondade; com outros, de mais firmeza. Este exige muita paciência, enquanto aquele necessita constantes incentivos ao esforço. Fulano precisa ser repreendido e castigado para que se corrija dos defeitos, ao passo que sicrano necessita ser constantemente vigiado, para que não se desvie e perca.

Estas atitudes dependem do conhecimento e do discernimento dos espíritos. Deveis pedi-lo a Deus muitas vezes e com insistência, como uma das qualidades mais necessárias para dirigir aqueles de quem estais encarregados.

Dois componentes essenciais:

O conhecimento personalizado: O educador lassalista se esforça para “conhecer todos os seus alunos distintamente”. La Salle retoma uma constante de seu pensamento pedagógico: Não existe verdadeira ação educativa que não esteja fundamentada num conhecimento personalizado.

O discernimento dos espíritos : A expressão é mais original, mais profunda. O conhecimento personalizado requer um esforço de compreensão interior, uma empatia, por conseguinte, um verdadeiro diálogo. Ele vai além dos dados apenas empíricos ou científicos, e procede de uma intuição, de uma iluminação interior que se pode pedir e obter através da oração. Ela é espiritual, “como uma das qualidades que vos são das mais necessárias para dirigir aqueles de quem estais encarregados ” (*Med. 33, 1*).

É através desta dupla condição, o emprego de meios eficazes e concretos para chegar a um conhecimento personalizado, e o “dom do discernimento dos espíritos”, que o professor encontrará a maneira adequada de se comportar, a adequada relação educativa com cada um dos seus alunos. Ele poderá, assim, pôr em prática uma verdadeira psicopedagogia.

Neste primeiro ponto de sua meditação, São João Batista de La Salle assinala vários exemplos: “Mais bondade com alguns – mais firmeza com outros – muita paciência com alguns – constantes incentivos ao esforço para outros – repreensões e castigos para que alguns se corrijam de seus defeitos - a necessidade de vigiar constantemente alguns para que não se desviem e percam”.

É a ilustração da fórmula de que La Salle se serviu duas vezes nos seus escritos: Ter com os alunos “a firmeza de um pai e a ternura de uma mãe”. Estas poucas sentenças não tencionam constituir um catálogo completo dos comportamentos educativos, mas são bastante características da maneira lassaliana de visualizar os meninos e os jovens, o que poderíamos

formular assim: Uma observação lúcida e realista das pessoas e de sua situação; uma confiança profunda que nunca se desespera e que provoca um dinamismo criativo; uma visão ambiciosa e otimista que persevera apesar das dificuldades; um relacionamento cordial, afetuoso, que procura “mover os corações” e não apenas as inteligências; um serviço desinteressado aos projetos dos jovens; uma exigência sem a qual não há verdadeira educação; um apelo à superação, pois trata-se de chegar à autonomia responsável, à verdadeira liberdade interior.

O relacionamento educativo com os jovens era constantemente escorado pelo amor dos alunos, a amabilidade ou o afeto a eles, uma constante vigilância, uma proximidade simpática. Desde os começos, La Salle deu muita importância à duração da presença junto dos meninos. Desde então até recentemente, os Irmãos tornaram isso possível privilegiando a polivalência dos professores mais que a especialização, o que tornava mais fácil a presença prolongada com os alunos. Hoje, isto se torna mais difícil. Sem dúvida, essa opção apresentava alguns riscos, mas, percebe-se imediatamente, trazia vantagens para um conhecimento personalizado dos alunos.

A modernidade desse conceito

A pedagogia contemporânea muitas vezes tem apelado às descobertas das ciências psicológicas para pô-las a serviço da pedagogia. Nestes últimos decênios temos visto multiplicarem-se as reflexões e as publicações referentes aos componentes e às implicações da relação pedagógica. Nelas é ressaltado o caráter essencial e central desta relação. Atualmente, os professores são incitados a tomar em consideração o Projeto Pessoal do aluno; desenvolvem-se e aprofundam-se as pedagogias da mediação. - Não faltam exemplos para ilustrar as intuições educativas da Meditação 33 de La Salle. Essas pesquisas têm o mérito de propor uma fundamentação conceitual e mais objetiva de elementos que inicialmente eram essencialmente empíricos. Uma reflexão pessoal séria, ou de equipe, permitiria encontrar neste tipo de relacionamento educativo o segredo do êxito para alunos em dificuldade. O humano, o afetivo, o coração... certamente podem mais neste domínio de que técnicas educativas apenas.

* * *

2º Ponto. Jesus Cristo diz também que as ovelhas conhecem o seu pastor para o poderem seguir.

Duas coisas são necessárias a um diretor de almas e devem manifestar-se nele com relevo. Primeiro, muita virtude para ser vir de modelo, pois as pessoas se extraviariam se o pastor não andasse no bom caminho.

Segundo, é preciso sentir nele muita delicadeza com as almas que lhe são confiadas. Tudo o que pudesse chocar ou pisar as ovelhas deve interessar-lhe particularmente. Isto faz com que as ovelhas amem seu pastor e se sintam bem em sua companhia, porque com ele encontram paz e alívio.

Quereis que vossos alunos pratiquem o bem? – Praticai-o vós mesmos. Convencê-los-eis muito melhor pelo exemplo de vosso comportamento correto e modesto, do que com muitas palavras. Quereis que observem o silêncio? – Observai-o vós mesmos. Só na medida em que vós fordes modestos e recolhidos, conseguireis que vossos alunos também o sejam.

Comentando a parábola evangélica do Bom Pastor, La Salle comparou o Professor a um pastor encarregado de conduzir suas ovelhas e de velar por elas. Para isto, não é suficiente um conhecimento personalizado de cada aluno, nem o discernimento dos espíritos. O segundo ponto da meditação evidencia outros elementos constitutivos da relação pedagógica.

Que as ovelhas conheçam seu pastor

Evidentemente, este é o contraponto, o tema complementar daquilo que asseveramos anteriormente. A relação pedagógica não tem mão única. Ela é um intercâmbio, verbal ou não, entre o professor e o aluno. Ela é naturalmente recíproca.

Ao necessário interesse, à legítima curiosidade, aos esforços perseverantes do educador para conhecer seus alunos, devem responder atitudes análogas dos alunos aos seus educadores. Com certeza, isto pressupõe que o educador saiba ganhar e mereça o apreço e a estima de seus alunos.

Que sirvam de exemplo aos alunos

Assim como seus contemporâneos do século XVII, La Salle ligava muita importância e atribuía grande eficácia educativa à exemplaridade. Muitas vezes se referiu a ela nos seus escritos, numa linguagem que nos pode parecer moralizadora e ultrapassada. Contudo, o sentido profundo de sua maneira de pensar encontra prolongamentos evidentes na importância que hoje damos ao papel dos testemunhos e dos modelos de exemplo no processo psicológico da identificação. Os jovens têm mais necessidade de testemunhos que de professores, lemos por vezes. Pesquisas ou análises sociológicas nos permitem verificar isto. Influência decisiva do testemunho e da identificação: eis ali dois fatores essenciais do processo educativo.

Que reconheçam nos professores uma grande ternura

Este é o clima lassaliano favorável para a educação. Estamos, pois, em busca de modelos ou de testemunhas entusiastas. Saint-Exupéry escreveu: “Só se vê bem com o coração...” A ação educativa só opera em profundidade através de um relacionamento afetivo: uma atenção constante aos jovens, uma sensibilidade espontânea àquilo que os move, uma compreensão de seu mundo particular: linguagem, atitudes, interesses, valores, expectativas, mas também suas necessidades e dificuldades. Existe pois reciprocidade: “Amar os alunos”, “ganhar o coração deles”, “mover os corações”... são expressões de La Salle. Isto instaura entre eles e nós um vínculo de confiança, permite o diálogo, facilita as confidências, possibilita o acompanhamento educativo.

Significado para nossa escola hoje

Longe de nos escondermos por trás da máscara da função, ir em busca da proximidade, da transparência, por uma atitude de cordialidade, um esforço de presença junto dos jovens. Essa atitude, com certeza é mais arriscada, mais desconfortável para o adulto, mas é uma condição para a influência educativa.

Certamente os jovens também encontram seus modelos fora da escola, na família, na Igreja, na sociedade, mas isto não dispensa os professores. É essa força do testemunho que gera a autoridade moral, que brota da qualidade da personalidade, muito mais do que do vigor dos regulamentos.

Com esta condição, La Salle acrescenta: “Vós os persuadireis muito melhor pelo exemplo de uma conduta sábia e modesta do que por todas as palavras que lhes possais dirigir”.

Deixar-se conhecer também passa pelo trabalho escolar, os métodos empregados, o tipo de relacionamentos estabelecidos através deles. A relação pedagógica será tanto mais rica quanto mais esses métodos envolverem simultaneamente alunos e professores. O que, pois, se exige são métodos ativos e participativos.

Se observarmos o que se tem passado na relação pedagógica, desde há uns quarenta anos, chegaremos à evidência de que ela progressivamente evoluiu para um tipo mais próximo daquele que La Salle propõe na sua meditação. De magistral, ela, paulatinamente, se fez acompanhamento dos jovens, auxiliar do projeto pessoal deles, uma nova concepção do processo de orientação escolar e profissional. Sua função agora é mais de mediação.

É, pois, normal que os lassalistas se sintam à vontade com essas orientações: eles percebem nelas sua tradição educativa.

* * *

3º Ponto. É dever das ovelhas de Jesus Cristo escutar a voz do pastor. Tendes, portanto, a obrigação de ensinar os meninos que vos foram confiados. É um dever cotidiano. Os alunos devem escutar vossa voz porque deveis instruí-los de modo acessível à sua inteligência. Do contrário, vossas instruções teriam pouco proveito. Por isso, deveis aplicar-vos a isso e formar-vos bem para que as perguntas e respostas na aula de catecismo sejam bem compreensíveis. Deveis explicá-las com clareza e servir-vos de um vocabulário fácil para eles.

Nas exortações, deveis, com delicadeza, chamar a atenção de vossos alunos sobre os seus defeitos e indicar-lhes os meios para se corrigirem deles. Deveis instruí-los nas virtudes próprias de sua idade e facilitar-lhes a prática. Deveis inspirar-lhes grandíssimo horror ao pecado e afastamento das más companhias. Numa palavra, falar-lhes de tudo o que possa levá-los à piedade. Assim, os discípulos escutarão a voz de seu mestre.

A necessidade de um conhecimento personalizado e a força educativa do testemunho dos adultos constituem duas faces incontestáveis da relação pedagógica, mas não exaurem sua riqueza. De acordo com La Salle, podemos acrescentar-lhes duas exigências profissionais que lhe garantem a eficácia: a adaptação aos jovens, e a credibilidade do professor.

Adaptar-se, isto é, tornar-se acessível aos alunos

Esta foi uma preocupação freqüente nos escritos de São João Batista de La Salle. Com certeza, ele teria subscrito esta assertiva de Janusz Korczak: “Vocês dirão: É duro e desgastante passar tantas horas com as crianças. Vocês têm razão. E acrescentareis: porque é preciso pôr-se ao nível delas, abaixar-se, inclinar-se, curvar-se, fazer-se pequeno. Mas, nisto vocês estão equivocados. Não é isto que mais esgota. Na verdade, é antes o fato de que vocês são obrigados a se erguerem até a altura dos sentimentos das crianças, de se esticarem, se alongarem, se erguerem na ponta dos pés. Tudo isto para não as ferir” (*Quando voltar a ser pequeno*).

As exigências para uma tal atitude são numerosas: utilizar uma linguagem acessível aos jovens, servir-se de métodos adaptados à idade e à mentalidade deles; escutá-los, pôr-se à disposição deles, acompanhá-los num diálogo permanente, talvez, privilegiando técnicas de ensino personalizado... Resumindo, propor-lhes uma educação “sob medida” de suas necessidades.

Fazer com que os alunos o escutem

No terceiro ponto da meditação, o verbo “escutar” é repetido três vezes. O professor deve fazer com que os alunos o escutem.

Para entender bem este texto, temos que lembrar-nos que o santo Fundador aqui se refere à dimensão cristã da educação dos jovens, ao anúncio do Evangelho. Aliás, a referência ao “catecismo” denota isto. A relação pedagógica não se reduz apenas aos aspectos das aprendizagens profanas e da educação humana. Na perspectiva lassaliana de uma educação dos

jovens, ela também inclui: a educação moral, a dimensão espiritual da pessoa, o anúncio de Jesus Cristo. Tudo isto constituía o objetivo último, o remate de seu projeto educativo.

Este é um aspecto que hoje incluímos nos Projetos Educativos Lassalistas, por exemplo, em passagens como esta: “As opções são realistas e tomam em conta os tempos, os lugares, os recursos, o pessoal de que se dispõe e, sobretudo, os jovens a que se destinam. Mas esse realismo é inspirado no Evangelho, e não apenas num simples êxito escolar e social ideal. Traduzir o Evangelho na relação educativa cotidiana é a opção que inspirou João Batista de La Salle”...

Deparamo-nos aqui com as mesmas exigências de linguagem, de método, de comportamento, de atenção personalizada aos jovens como nos lembra a meditação de La Salle. Com efeito, na prática, temos que tornar presente aos jovens “os meios de salvação” por um anúncio explícito de Jesus Cristo; testemunhar o Evangelho na sua pessoa e na sua vida; ter a inventividade necessária para atualizar a formação cristã dos jovens.

Falar com autoridade

Preenchidas as condições acima assinaladas, o professor consegue que os alunos o escutem, porque irá merecer credibilidade, e falará com autoridade.

É difícil limitar a noção de autoridade numa simples definição. Muito mais do que definida, a autoridade é percebida, pressentida, tira-se proveito dela. Contudo, ela constitui o coroamento da relação pedagógica professor-aluno.

Para falar com autoridade, são necessárias outras dimensões da relação pedagógica; são condições dela: Um conhecimento personalizado, uma capacidade de escuta e de discernimento dos espíritos, a proximidade que permite a transparência e a ternura, o testemunho que convence e arrasta, a competência profissional que garante e facilita a adaptação.

O que acabamos de dizer, porém, não exclui as exigências necessárias para conscientizar os jovens sobre suas limitações, suas necessidades ou carências, como esse terceiro ponto da meditação nos leva a observar, mas também sobre seus talentos, capacidades, qualidades...Eis por que a relação pedagógica exige certa firmeza, uma constante vigilância, um compromisso generoso dos educadores, assim como La Salle demonstra em outros textos.

Assim, a relação pedagógica não é somente de ordem “relacional”. É uma resultante, uma aproximação global da pessoa do educador, de seu estilo de vida, de sua competência, de suas convicções e capacidades.

Não se pode, pois, exagerar sua importância na educação, visto que educação é um afazer, uma tarefa a ser cumprida por pessoas humanas, e de relacionamentos mantidos por elas. As técnicas, mesmo muito sofisticadas, não os podem substituir inteiramente. E isto se aplica não somente aos professores, mas também aos adultos que têm uma função educativa a cumprir na família e na sociedade.

É na relação pedagógica ou educativa que se revela o homem, e que Deus é revelado aos jovens.

UMA ESCOLA PARA A VIDA NA SOCIEDADE: DECORO E CIVILIDADE

DECORO E CIVILIDADE. A CONVICÇÃO DE JOÃO BATISTA DE LA SALLE

“É de surpreender que a maioria dos cristãos considerem o decoro e a civilidade como qualidades puramente humanas e mundanas, e que, por não pensar em elevar sua mente para mais alto, não as considerem como virtudes que têm relação com Deus, o próximo e nós mesmos. É isto que nos faz perceber quão pouco cristianismo existe no mundo, e quão poucas pessoas ali vivem conduzindo-se pelo espírito de Jesus Cristo”. (...)

“O decoro cristão é, pois, um modo de agir sensato e regulado, que denotamos em nosso falar e em nossas ações exteriores. Ele é motivado por sentimentos de modéstia, respeito, união e caridade para com o próximo. Ele nos incita a tomar em consideração o tempo, os lugares, e as pessoas com quem temos que tratar. O decoro praticado com o próximo é o que se denomina propriamente de civilidade”. (*João Batista de La Salle: Regras de Decoro e de Civilidade Cristã*. 1703, Prefácio, § 1 e 9).

O século XVII foi particularmente prolífico em obras sobre decoro e civilidade. Essa escola de pensamento se difundira por toda a Europa. Mesmo assim, no final do século, La Salle julgou oportuno juntar-se ao concerto dos autores, não para concorrer com eles, mas porque considerava o decoro “cristão” e a civilidade “cristã” como elementos centrais da educação que se propusera oportunizar nas suas escolas, aos filhos dos artesãos e dos pobres.

Sem dúvida, assim como seus contemporâneos, ele pensava que essa educação cabia primeiramente à responsabilidade dos pais, e ele lembrou isto no parágrafo 4º de seu prefácio. Mas, nesta área assim como em muitas outras, ele sabia que, no seu mundo, os artesãos e os pobres, eram incapazes de se desincumbir dessa responsabilidade. Por isso, logo acrescentou: “Eis por que, os professores e as professoras, encarregados da instrução das crianças, devem prestar a isto uma atenção toda especial”.

Sem nos adentrarmos no conjunto da obra, os quinze parágrafos do prefácio de *Regras de Decoro e de Civilidade* são particularmente ricos e densos. Eles mereceriam um longo comentário sob um tríplice ponto de vista: antropológico, teológico e educativo. Recomendamos um excelente livro referencial, da autoria do Irmão Jean Pungier, recentemente publicado nos *Cahiers Lasalliens* 58, 59 e 60.

Desde o início, percebemos a insatisfação de La Salle com as abordagens apenas humanas e mundanas do decoro e da civilidade, nas obras que versavam esse tema. A sociologia não pode atingir as alturas das metas que ele se propunha ao voltar os olhos de crente sobre as realidades cotidianas da vida pessoal e da convivência social.

A relatividade das formas

La Salle não intencionou sacralizar as formas exteriores do decoro e da civilidade. Pelo contrário, ele afirmou que estas formas são relativas conforme os tempos, os lugares e as pessoas (§ 9). Ele mesmo admitiu que elas podem variar enormemente, de acordo com os contextos em que se encontrarem. Mas, para além da relatividade das aparências e formas – e, todavia, dava-se a estas muita importância na sua época – o essencial consiste em fixarmos nosso olhar e nossas ambições na pessoa de Jesus Cristo (§ 8).

O fundamento essencial

Para La Salle, as razões profundas e os fundamentos do decoro e da civilidade extrapolam amplamente os códigos sociais da cortesia, dos bons modos, da “honestidade”, para penetrar na profundidade da natureza das pessoas. O decoro não é um verniz superficial imposto por alguma forma de etiqueta, que facilmente se pode transformar em hipocrisia ou artificialismo, mas uma visão antropológica cristã que cria a modéstia, o respeito, a união e a caridade entre as pessoas (§ 9). Eis ali a irradiação interior de luz que faz nascer o entusiasmo criador, a convicção, e, finalmente, a liberdade nos comportamentos sociais que nos levam ao respeito e à caridade com o próximo.

É, pois, uma visão de fé do próximo, que melhor pode justificar o respeito incondicional que se tem a ele, e tornar como que naturais e incontestáveis os sinais de atenção e as delicadezas da cortesia e da boa educação, que La Salle pormenoriza ao longo de sua obra. Estas não são práticas que se improvisam no momento de um encontro com o próximo: elas devem fluir ao natural do respeito que se tem a si próprio e aos outros, sem forçar o teor; é o que nos diz o § 9 do prefácio. O decoro vivenciado para com consigo mesmo é “uma conduta sensata e regulada” que se denomina de “civilidade” quando é orientada para o próximo”.

Uma pedagogia positiva

Será também interessante que nos detenhamos um pouco no § 5, que nos fala da maneira de educar as crianças para o decoro e a civilidade. Esta educação não consiste em reprimir, censurar, desestimar ou ridiculizar o aluno, porque nisto não existiria motivação positiva alguma. Esta não seria uma pedagogia de animação. Pelo contrário, é preciso inculcar nas crianças “motivações puramente cristãs, que visem à glória de Deus e à salvação da alma” (§ 5), e “estimulá-las a se motivarem pela presença de Deus” (§ 6). Como em todos os escritos de La Salle, eis-nos novamente confrontados com a natureza espiritual da pessoa. É o motivo por que “na educação das crianças para a saudação das pessoas, elas são estimuladas a darem esses testemunhos de benevolência, de honra e de respeito... porque estarão saudando membros de Jesus Cristo e templos vivos, animados pelo Espírito Santo”. – O título do livro é *Bienséance et Civilité Chrétienne à l'usage des Écoles Chrétiennes*.

O êxito dessa obra

Dentre as numerosas publicações sobre civilidade do século XVII, muito poucas resistiram ao desgaste do tempo, ao passo que a de La Salle conheceu notoriedade duradoura, mereceu numerosas reedições – foram numeradas 176 – e teve uma ampla difusão mesmo fora dos círculos lassalistas. Se outros tratados sobre o tema continuam sendo interessantes documentos de história ou de arquivos, podemos interrogar-nos sobre a longevidade da obra de La Salle. Com certeza, os motivos são muito diversos. Foi o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs que, habitualmente, tomou a iniciativa das reedições. Todavia, o Irmão Maurice Auguste, no prefácio do CL 19, evoca outras proveniências. Como quer que seja, a explicação principal se localiza na riqueza do conteúdo do livro, e no fato de que ele serviu de base para a educação proposta aos alunos. A obra põe em destaque os fundamentos essenciais e permanentes do decoro cristão e da civilidade cristã. Além das vicissitudes e das mudanças de meios e de épocas, é a própria natureza da pessoa humana que justifica esse tipo de comportamento inter-pessoal.

Podemos mesmo questionar-nos, se não é precisamente quando a sociedade perde suas referências à natureza humana, que também a civilidade desaparece.

DECORO E CIVILIDADE: DA TEORIA À PRÁTICA

Ao redigir seu *Regras de Decoro Cristão e de Civilidade Cristã*, La Salle não fez concessões à moda de sua época, e não se aplicou a um exercício de estilo. Na realidade, Decoro e Civilidade constituíam a espinha dorsal de seu projeto educativo, em favor dos filhos dos artesãos e dos pobres. Ainda que sua obra tenha sido usada amplamente fora do quadro das escolas lassalianas, não foi este o objetivo principal. Por isso, não surpreende que haja uma íntima afinidade entre este texto e o *Guia das Escolas Cristãs*. A coerência que daqui deduzimos pode ser aplicada ao conjunto global dos escritos do Fundador.

Um objetivo comum às Pequenas Escolas

Teoricamente, a educação para a civilidade constava dos programas de todas as Pequenas Escolas. Na prática, porém, podemos nutrir sérias dúvidas sobre a capacidade da maioria dos mestres-escolas para efetivar essa educação. Muito simplesmente, eles não estavam preparados para isto. Por sua vez, João Batista de La Salle, pessoalmente estava preparado, primeiramente por sua educação familiar, e logo, por seus estudos em Reims e Paris. Ele estava todo impregnado dessa educação, e dificilmente podia conceber que professores pudessem atuar e vivenciar diferentemente, como sua biografia atesta. Seus primeiros contatos com eles deram disto abundantes provas.

Sem nos determos aqui em minúcias, lembramos que uma das suas primeiras preocupações, desde 1679, foi a de iniciar a primeira comunidade de professores a este estilo de vida. Mais tarde, o reencontramos com essa mesma preocupação na formação ministrada aos noviços e aos novos professores. Esperava que eles dessem o exemplo de um proceder cortês e decoroso, e o aplicassem em todas as áreas e momentos da educação.

Decoro e Civilidade: *Leitmotiv* do Guia das Escolas

Os destinatários do *Regras do Decoro e da Civilidade* e os do *Guia das Escolas* não eram exatamente os mesmos. La Salle destinara o seu *Civilidade* a toda a sociedade, sem distinção de classes ou de categorias. O *Guia das Escolas* limitava-se aos filhos dos artesãos e dos pobres, que constituíam a clientela habitual de suas escolas. Os filhos do povo, muito provavelmente, nunca na vida teriam a oportunidade de experienciar certas orientações e práticas de civilidade, como sejam: cavalgar elegantemente, subir, e descer de uma diligência, e nunca teriam a necessidade de aprender como, e menos ainda o prazer de bebericar vinho num banquete; como trincar a carne no prato; ou como imergir o pão em ovos mal-fervidos. Vale o mesmo para muitos outros aspectos assinalados em *Civilidade*.

O autor assevera que as regras de decoro e de civilidade devem ser ensinadas e praticadas preferentemente desde a juventude, para que os jovens adquiram o hábito e o mantenham depois durante toda a vida. É verdade que o oitavo e o penúltimo nível de aprendizagem da leitura se intitula: “Da Civilidade”, e o *Guia* especifica: “Quando os alunos souberem ler perfeitamente tanto o francês como o latim, lhes será ensinado escrever, e se lhes ensinará a ler no livro da *Civilidade*. Este livro contém todos os deveres para com Deus e para com os pais, e as regras do decoro cristão e da civilidade cristã. Ele está impresso em caracteres góticos mais difíceis de ler que os caracteres franceses ou latinos”.

Mas, a educação para o decoro e a civilidade não se limitava a essa leitura. Aliás, já seria tarde demais e pouco eficaz. Lendo o *Guia das Escolas*, verificamos que o decoro e a civilidade constituem uma exigência persistente nas atitudes, relacionamentos e comportamentos dos alunos, na escola e fora dela. É algo que se vive já antes de descobri-lo na teoria.

A partir disto, percebe-se um certo paralelismo entre as *Regras de Decoro* e o *Guia das Escolas*. À guisa de exemplo, sugerimos a leitura comparada do que é dito nas duas obras, quanto àquilo que se refere: À compostura e ao cuidado do corpo; ao falar e à boa articulação das palavras; à maneira correta e decorosa de se manter sentado; ao cuidado pelo asseio, e à decência no vestir; à maneira de comer e de se alimentar; ao comportamento na rua...

O modelo humano proposto

Graças a estes elementos de comparação, nos apercebemos de imediato do modelo social que serviu de referência e de objetivo para essas prescrições: o cavalheiro educado e digno do século XVII. Como, aliás, todos sabemos, toda pessoa honesta e de bem, deve ter boas maneiras e dar mostras de modéstia e de reserva, calma e cortesia; ela dá mostras de um justo equilíbrio e se omite a quaisquer excessos e extremos. Em poucas palavras, ela se controla perfeitamente em qualquer situação.

Hoje, aos nossos olhos do século XXI, esse modelo poderá parecer-nos demasiadamente “estudado” ou afetado, empolado, até mesmo excêntrico e enojado, de tão diferente que é das bizarrices, das fantasias e extravagâncias que se tornaram moeda corrente em nossos dias. Nessa época de La Salle, a pessoa educada não era repulsiva, distanciada dos outros; ela sabia mostrar-se aberta, sociável, evitando qualquer ostentação. Seu comportamento se baseava no respeito de si mesma e das outras pessoas. – Para La Salle, um tal comportamento se fundamentava e justificava por vistas de fé no respeito devido a qualquer pessoa humana. Para compreendermos seu pensamento, temos que voltar às motivações espirituais interiores em que fundamentava a conduta. É a isto que ele visava e queria que os alunos adquirissem, conforme o texto do *Guia das Escolas*.

Professores bem preparados

Seria elucidativo estabelecer um paralelismo entre as *Regras do Decoro e da Civilidade*, o *Guia das Escolas* e a *Regra do Formador de Novos Professores*, por vezes intitulado de “Terceira Parte do Guia das Escolas”. A aquisição de um comportamento “honesto”, digno, equilibrado por um professor novo, consistia primeiramente na eliminação de qualquer ridícula, extravagância, nervosismo, negligência, e a superficialidade na maneira de trajar, falar, caminhar, apresentar-se e manter-se diante dos alunos.

Finalmente, quando consideramos a enorme diferença que no século XVII existia entre os modos populares de viver, e os da minoria culta e rica, podemos avaliar até que ponto o projeto educativo lassaliano era ambicioso para esses filhos dos artesãos e dos pobres. Levar esse projeto a bom termo era abrir-lhes a porta para entrar e sentir-se à vontade, normais, entre a burguesia que, amiúde, se vangloriava de sua boa educação. Sob essa concepção otimista das possibilidades dos filhos dos pobres, e do dispositivo empregado para educá-los para o decoro e a civilidade, esse empreendimento se apresenta como difícil, quicá utópico, mas atraente. Raros, mas significativos são os testemunhos da época, que nos permitem averiguar se o empreendimento conheceu um êxito real.

* * *

DECORO E CIVILIDADE: UM OBJETIVO URGENTÍSSIMO

Para La Salle, o decoro e a civilidade se fundamentam numa antropologia cristã: a eminente dignidade da pessoa humana, que merece um respeito total, não somente em teoria,

mas na realidade concreta da existência cotidiana. Nele era uma convicção tão vigorosa que se tornara o eixo central de seu projeto de educação humana. Seria um erro, nós acreditarmos que se trata de um posicionamento ultrapassado, bom para conjunturas de obscurantismo.

Uma identidade em crise?

Os analistas dos comportamentos pessoais e sociais destes últimos anos põem em destaque uma perda do sentido de pessoa, de sua dignidade, de sua unidade. Basta abrir os olhos sobre a realidade, para constatar a justeza desta análise.

Não é necessário rematar longamente a confusão reinante entre as idades, os sexos, os *status* e as funções para medir a extensão dessa perda de identidade. Isto aniquila os relacionamentos sociais. Para atrair a atenção, as pessoas se refugiam no inédito, no bizarro, no raro, no chocante, porque se sentem mal na normalidade, “em sua própria pele”. Percebe-se a distância com o decoro e a civilidade que consistem em respeitar e valorizar os outros; reconhecer sua singularidade e sua alteridade. Se a própria identidade pessoal ficar na penumbra e se obscurecer, não há mais razões para respeitar os outros e tratá-los com civilidade.

O reino da incivilidade

Disto cada um pode encontrar dezenas de exemplos na vida diária. Que se pense, por exemplo, nos filhos que arrastam seus pais às barras dos tribunais; nos alunos que agridem verbalmente ou psiquicamente seus professores; naqueles que se vangloriam por usar roupas remendadas, rasgadas ou desbotadas; na grosseria, vulgaridade ou obscenidade na maneira de falar, que classificam como sinais típicos de modernidade. Perdeu-se o senso do decoro e da civilidade. Crê-se que as aparências devam ocupar o lugar da dignidade humana. A mídia nos apresenta fatos variados que ilustram essa incivilidade: os insultos que atingem a dignidade e a honra, a chantagem, os raptos e os seqüestros, o *voyeurismo*, a curiosidade mórbida com relação ao que é privativo, privado ou íntimo, a violência, o roubo, o estupro, as sessões de sexo coletivo de jovens, as torturas, os assassinatos fáceis ... tudo isto são comportamentos grosseiros. Reduzem as pessoas à condição de objetos, de prazer, de moeda de troca. É uma radicalização da incivilidade que torna a vida em sociedade insuportável. Estes tipos de comportamento não merecem nenhuma indulgência.

Sem cair no pessimismo e também para não exagerar, facilmente se percebe que o decoro e a civilidade se constituem em chaves da comunicação, da civilização e da segurança, pois a civilidade reconhece a diferença e a diversidade. Ela é tolerante porque tem o senso da alteridade. Enveredar por este caminho, é avançar rumo ao desabrochar da liberdade.

Muitas pessoas, inclusive responsáveis políticos, se conscientizaram sobre os danos que essa vulgaridade e grosseirismo estão causando. Para pôr-lhes remédio, têm sido sugeridos a educação e o desenvolvimento do “espírito de cidadania”. Está muito bem. Mas, civismo e civilidade, apesar de suas denotações achegadas, não podem ser confundidos. Não existe civismo sem uma base de civilidade, pois esta é mais profunda, mais interior e mais pessoal.

Um objetivo prioritário do Projeto Educativo

Os Projetos Educativos Lassalistas propõem cinco “valores fundamentais que devem ser promovidos”. Evidentemente, todos merecem figurar nesta lista:

- Liberdade e autonomia dos jovens
- Responsabilidade
- Respeito da dignidade de todas as pessoas
- Civilidade
- Amor de si mesmo e amor do próximo.

Depois de tudo o que acabamos de descrever, parece patente que estabeleçamos uma ordem entre esses valores. Isto nos leva a reconhecer que a porta de entrada do processo educativo é a civilidade, ou seja a boa educação no trato com os outros. Sem esta educação, os outros valores não têm consistência, nem realidade. Seria uma excelente idéia que todos os estabelecimentos de ensino e de educação lassalistas elaborassem um Projeto Educativo baseado na civilidade, e esquadrinhassem como este deve manifestar-se no respeito e no amor aos outros, na promoção da dignidade, da autonomia, e, finalmente na liberdade das pessoas. Disto, com certeza, fluiriam ao natural os relacionamentos fraternos, a sociabilidade e a sã convivência.

Decoro e civilidade são as virtudes morais que mais fazem falta na vida social deste início de século. Vivê-las intensamente não seria apenas conformar-se com algum código social de polidez – que não deixa de ser necessário – mas significaria restaurar a pessoa humana na sua dignidade. Caso contrário, estaremos correndo o risco de perder o vínculo social que permite viver em coletividade. Seria, também, situar-nos na espiritualidade lassaliana e traduzi-la em vida. Seria dar um sentido à vida e enveredar num caminho de evangelização de si mesmo e dos outros.

UMA ESCOLA PARA OS POBRES, ABERTA A TODOS: A QUESTÃO DA GRATUIDADE

GRATUIDADE E SERVIÇO EDUCATIVO A POBRES: UMA OPÇÃO INICIAL RADICAL

Este não será um estudo global do serviço educativo a pobres, mas tão somente de um panorama restrito: a gratuidade do ensino, um problema trisseccular na História do Instituto.

“Refleti sobre a prática generalizada entre os operários e os pobres, de deixarem seus filhos viver soltos pelo mundo, na vadiagem, antes de poder empregá-los em alguma profissão. Não cuidam absolutamente em enviá-los a uma escola, já por sua pobreza, que não lhes permite pagar os professores, já pela necessidade de procurarem trabalho fora de casa. Isto, forçosamente, os obriga a deixá-los ao abandono.

“As conseqüências disso são funestíssimas, pois essas pobres crianças, acostumadas, durante vários anos, a levar uma vida de vadiagem, terão muita dificuldade de acostumar-se depois ao trabalho. Além disso, por freqüentarem más companhias, aprendem a cometer muitos pecados, que dificilmente deixarão, por causa dos hábitos viciosos adquiridos durante tanto tempo” (*Med. 194, 1*).

Escolas gratuitas

João Batista de La Salle não foi o primeiro a criar escolas populares gratuitas. Em diversos conventos já funcionavam “escolas diurnas” para meninas pobres. As “Escolas de Caridade”, gratuitas, providas por paróquias, constituíam uma forma de ajuda às famílias carentes de recursos. Nos “Asilos Gerais” (*Hôpitaux Généraux*), eram instruídas gratuitamente as crianças que ali se encontravam...

Tudo leva a crer que as primeiras escolas abertas por La Salle em Reims, fossem idealizadas da mesma maneira como as escolas paroquiais de caridade, ainda que muito em breve se distinguissem delas. Os primeiros biógrafos do Fundador as denominam de “escolas gratuitas” ou “escolas cristãs e gratuitas”. Vamos detalhar um pouco: O funcionamento de uma escola e a subsistência ou remuneração dos professores naturalmente acarretavam despesas. O que La Salle e os Irmãos queriam, é que isto não onerasse em nada os pais dos alunos. Este é o sentido da gratuidade.

Os “fundadores” dessas escolas – municipalidades, fábricas, bispos, paróquias, Comissão (*Bureau*) dos pobres, doadores particulares... se comprometiam a cobrir as despesas. A constituição de uma renda, ou de um capital, tinha por objetivo assegurar a perenidade da escola.

“Isto é essencial ao vosso Instituto”

Encontramos esta enunciação duas vezes repetida nos escritos do santo Fundador. Muito cedo La Salle se convenceu de que as escolas deviam ser gratuitas, e nunca se emendou dessa convicção. Desde 1683, aconselhado por Nicolas Barré, renunciou à utilização de sua fortuna pessoal para constituir uma renda capaz de assegurar a estabilidade de suas escolas. Ele confiou na generosidade e na fidelidade dos “fundadores”. Os primeiros Irmãos aderiram a essa opção radical. Mas ao vincular a sobrevivência do Instituto à gratuidade, na fórmula dos votos, o Fundador certamente não suspeitava que estava dando início a um problema de mais de 300 anos a seus sucessores... Como quer que seja, os documentos dos arquivos bem atestam que os Irmãos têm dado cumprimento a essa fórmula.

Por quê a gratuidade?

O excerto da meditação 194, acima citado, nos permite compreender esse porquê. Obviamente, essa página foi redigida com o pensamento voltado para a clientela habitual das primeiras escolas lassalianas. Os artesãos e os pobres não dispunham dos recursos necessários para pagar os mestres-escolas. Vivendo geralmente ao nível da subsistência, deviam antes de tudo providenciar pelo essencial: a alimentação própria e a dos filhos. A única chance de que dispunham era encontrarem alguma escola gratuita que houvesse por bem aceitar seus filhos para os instruir e educar. La Salle tinha plena consciência desta situação, e se empenhou para dar uma resposta a essa necessidade. Distribuir seus bens aos pobres seria apenas uma ajuda provisória; formá-los intelectualmente contribuiria para encaminhar a promoção sócio-econômica deles a longo prazo. A gratuidade de suas escolas estava, pois, imediatamente ligada a condições sócio-econômicas precárias e instáveis.

Em consequência desta situação, ele proibiu às suas comunidades o recebimento de quaisquer formas de contribuições escolares, e a aceitação de todo tipo de brindes ou presentes individualmente oferecidos a Irmãos. Este não-aceitar, nada-receber dos alunos e/ou dos pais deles, acabou tornando-se um outro preceito. Devido a seu projeto escolar se estender para bem além da simples instrução, e visasse ao anúncio do Evangelho às crianças, La Salle via na gratuidade uma dimensão teológica e pastoral essencial. O critério fundamental era a realização da salvação, à luz da gratuidade de Deus, em Jesus Cristo. Anunciar gratuitamente o Evangelho devia constituir-se no maior motivo de satisfação neste mundo para os professores (*Cf. Meditações 194, 1, e 207, 2*).

As lutas pela gratuidade

As atitudes práticas do Fundador e diversos de seus escritos indicam que ele não idealizara uma gratuidade fechada. Recusou submeter-se à estrita obrigação de só admitir os filhos de famílias oficialmente registradas como pobres. Admitia também os filhos de famílias que tinham condições para pagar pela escolarização, e que desta maneira poderiam contribuir de alguma forma para o funcionamento da escola, pagando pelos livros, as penas e papel para seus filhos, uma vez que este material era fornecido gratuitamente aos pobres.

É interessante considerarmos essa gratuidade aberta a todos, sem discriminações. La Salle não admitia que a escola fosse uma espécie de *gueto* reservado apenas a indigentes. Mas esta não era a opinião dos professores das Pequenas Escolas nem dos mestres-escrivães que mantinham escolas pagas, e delas auferiam sua subsistência. Pelo fato de alguns de seus alunos os deixarem de lado para irem à escola dos Irmãos, eles se julgaram economicamente lesados. E tinham razão.

Este foi o motivo de queixas, acusações, saques de escolas, processos que moveram contra La Salle e os Irmãos, e condenações que obtiveram. Durante dois decênios, eles se mantiveram inflexíveis, e não condescenderam um mínimo neste ponto da gratuidade para todos. Paradoxo: La Salle abria escolas para os pobres – e ninguém se queixava – mas teve que lutar para poder admitir e manter gratuitamente os menos pobres de sua clientela.

Essas peripécias, sem dúvida, contribuíram para reforçar nos Irmãos a idéia de que a gratuidade era “essencial a seu Instituto”. Contudo, durante a vida do Fundador, não emitiam o voto de ensinar gratuitamente, mesmo que seu objetivo comum fosse “manter juntos e por associação as escolas gratuitas”. Mas, infringir a gratuidade, a seus olhos, era perverter e aviltar a natureza profunda do Instituto, desviar a intencionalidade fundacional, e mesmo provocar o desaparecimento do Instituto. Esta maneira de julgar perdurou durante mais de três séculos.

Gratuidade escolar e serviço a pobres: a recusa à discriminação

Os problemas dos Irmãos quanto à “gratuidade para todos” não cessaram com a morte de João Batista de La Salle. A Bula de Aprovação (1725) e a nova Regra (1726) serviram de pretexto para uma polêmica entre os Irmãos e certas autoridades civis, em consequência de uma simples ambigüidade de linguagem.

“Quinto: Que os ditos Irmãos ensinem gratuitamente as crianças, e que não recebam nem dinheiro nem presentes oferecidos pelos alunos ou pelos pais deles”.

“Nono: Que os votos dos Irmãos sejam de castidade, de pobreza, de obediência, de estabilidade no dito Instituto, e de ensinar gratuitamente os pobres” (Bula de Sua Santidade o Papa Bento XIII, aprovando as Regras e o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, em 1725).

Os danos causados pela ambigüidade

Detenhamo-nos por um momento, na mínima diferença entre os dois artigos da Bula citados acima: “ensinar gratuitamente as crianças” (5º) e “ensinar gratuitamente a pobres” (9º). Pode parecer um detalhe mínimo, mas, incrivelmente, essa dupla formulação alimentou uma polêmica entre o Instituto e as autoridades civis francesas durante 250 anos!

Por quê? – A partir do exemplo do Fundador, da prática anterior do Instituto e de sua própria experiência, os Irmãos optaram por uma interpretação ampla: “O ensino que ministramos deve ser gratuito para todos”. E, neste ponto, nunca cederam. Pelo outro lado, certas municipalidades e, mais tarde, o próprio ministério, preocupados ao mesmo tempo com a escolarização das crianças dependentes de suas jurisdições, e com a salvaguarda dos magros recursos dos orçamentos comunais, ou do nacional, calcularam que a gratuidade deveria ser reservada unicamente aos pobres, e que as famílias mais remediadas deviam pagar uma contribuição escolar.

Os Irmãos se apoiaram sobre o artigo 5º e o retomaram no capítulo XIX de sua Regra de 1726, que explicava: “é a isto que obrigam os votos” que emitem.

Os primeiros conflitos

Os adversários ainda continuavam sendo os grupos de professores que auferiam do ensino pago sua subsistência, e se irritaram com ver uma parte de sua clientela desertar suas aulas para se refugiarem nas escolas gratuitas dos Irmãos. Conselhos municipais recorriam aos Irmãos para lhes confiar escolas, mas, por outro lado, se sentiam responsáveis pelos exíguos orçamentos municipais... Responsáveis locais, imbuídos do anti-clericalismo da filosofia das “Luzes”, decidiram que os Irmãos se estavam tornando demasiadamente caros para as comunas, mesmo que se satisfizessem com remunerações mínimas.

As autoridades civis pareciam conhecer bem os textos normativos e as práticas dos Irmãos. Sabiam, por exemplo, que os Irmãos abriam “pensionatos” nos quais percebiam uma retribuição dos beneficiários. Era esta a gratuidade absoluta? Tentaram então pôr em prática algumas estratégias que haveriam de abalar as convicções tão minuciosas dos Irmãos. Propuseram, por exemplo, fixar e cobrar deles mesmos as contribuições das famílias mais remediadas, decidir sobre quanto deviam pagar e sobre quem estaria isento, para depois entregar um cartão de admissão a todos os alunos, sem que os Irmãos tivessem que intervir, e sem que soubessem quem pagava e quem fora isentado de pagamento.

Esta proposta, porém, não conseguiu convencer os Superiores do Instituto.

O recurso a peritos

Como os conflitos se multiplicaram e que nenhum dos dois campos parecia estar disposto a ceder, os Irmãos tiveram a idéia de recorrer à arbitragem de peritos. Até a Revolução Francesa de 1789, essa arbitragem foi exercida pelos teólogos da Sorbonne, e, mais particularmente pelo “Conselho de Consciência”. Os Irmãos e a Municipalidade de *Boulogne-sur-Mer* entraram em acordo para efetivar esse recurso, e cada uma das partes submeteu seu próprio “memorial” em que expuseram seus argumentos. Após exame dos textos (Bula, Regra, Fórmula e Explicação dos Votos), os peritos avaliaram que a fórmula dos votos dos Irmãos dava à gratuidade maior extensão que a Bula, bem como as Regras e Constituições e a prática constante. Como os Irmãos, eles admitiram que a gratuidade absoluta era uma garantia da preservação do Instituto.

Assim, pois, o “Voto que os Irmãos fazem de ensinar gratuitamente compreende indistintamente no seu objeto todos os alunos: pobres e ricos”. Foi esta a última conclusão dos peritos, em 1783.

O sentido desse conflito

Decorridos já mais de dois séculos, esse conflito poderia parecer-nos irrisório, ridículo. Mas, é preciso analisá-lo um pouco mais de perto. Essa posição pertinaz do Instituto se explica:

- ♣ Pela determinação de fidelidade ao pensamento e à ação do Fundador. Isto é inegável e é isto que numerosos documentos utilizados nos enfrentamentos nos lembram.
- ♣ Por um desvelo sincero pelo povo comum e os pobres. Isto fazia parte da identidade do Instituto e da consciência que ele tinha de sua missão. Sua clientela prioritária eram os muito pobres, a classe operária e o povo comum. Esta humilde obstinação estava em gritante contraste com as declarações de desprezo de algumas “apuradas” mentalidades emergidas do “Iluminismo”. As estatísticas do século XVIII atestam que esse serviço a pobres foi muito concreto, um serviço gratuito, pelo qual nenhum outro optou.
- ♣ O tipo de escolas dos Irmãos pouco se modificara desde o tempo do Fundador: elas foram essencialmente escolas primárias gratuitas, nas quais, para responder a necessidades ou a solicitações, os Irmãos não hesitaram em acrescentar disciplinas novas aos currículos, como: geometria, desenho, arquitetura, hidrografia... Mesmo antes que o Estado assumisse o encargo do ensino, podemos afirmar que os Irmãos tinham consciência de que estavam trabalhando em escolas “públicas gratuitas” (isto é, do estado).
- ♣ Para nós, hoje, torna-se fácil compreender a importância dessa recusa de segregação entre pobres e ricos (esta tentativa aparecerá por vezes no século XIX), essa recusa dos Irmãos de se imiscuírem na situação econômica das famílias, e também de compreender que essa mescla de classes sociais, já por si mesma, constituiu um bom crisol social. Com certeza, a clientela escolar, por diversas razões, provinha quase exclusivamente do terceiro-estado, mas, essa mescla permitiu atenuar as muitas barreiras sociais que caracterizavam a sociedade do Antigo Regime.
- ♣ Seja qual for o caso, esse desvelo se referia à pobreza econômica. Tem-se a impressão de que as outras formas de pobreza, apesar de bem presentes nos escritos do Fundador, poucas vezes afloram nos documentos do século XVIII. Essa pobreza econômica foi partilhada pelos próprios Irmãos, cujas condições de vida beirava a miséria e nunca passava para além do

necessário. Uma pobreza desejada, aceita, mas também, por vezes, imposta pelas autoridades que remuneravam os Irmãos.

Apesar de todas essas vicissitudes enfrentadas, a generalidade dos Irmãos e os superiores com suas responsabilidades se mantiveram combativos durante todo o século XVIII. E eles conseguiram preservar a gratuidade para todos. Mas, a Revolução Francesa impôs uma trégua. Trégua que foi uma cassação, porque o Instituto foi suprimido e seus membros dispersados.

Uma suspensão temporária, mas não a paz: O Instituto renascido no século XIX retomou a luta pela gratuidade.

A GRATUIDADE E O SERVIÇO A POBRES: UMA BATALHA PERDIDA

“Você sabe, meu caríssimo Irmão, que a gratuidade das escolas sempre foi absolutamente essencial à nossa Congregação; que nunca aceitamos estabelecimento algum sem essa gratuidade total. Conseqüentemente, eu lhe ordeno sem ambigüidades que se oponha formalmente a uma semelhante inovação (isto é, a remuneração escolar) e de abandonar preferivelmente o estabelecimento, se o obrigarem a introduzir uma formalidade tão contrária aos princípios estabelecidos em nossa Congregação” (*Carta do Irmão Frumence, Vigário Geral do Instituto, setembro de 1809*).

A gratuidade reencontrada

Logo no início do século XIX, os Irmãos que haviam partido para a Itália e os que se tinham secularizado na França, começaram a reagrupar-se em diversas cidades, para reconstituírem o Instituto, e retomarem as escolas. Reconhecido oficialmente em 1808, e integrado à Universidade, o Instituto pôde novamente entregar-se à sua tarefa preferencial: o ensino nas “escolas públicas gratuitas”. Reencontrada essa gratuidade, os Irmãos a ela se agarraram fortemente, apesar dos problemas que não tardaram a surgir. Esse tipo de escola lhes pareceu o melhor meio de atingir os pobres e educá-los cristãmente.

A ameaça da retribuição pelos serviços prestados na escola

Em 1830 deu-se uma mudança de regime político na França. A “burguesia” chegou ao poder. A economia assumiu a prioridade sobre os outros aspectos da vida social: o surto industrial acarretou um enorme esforço de escolarização.

A lei Guizot de 1833 constituiu uma etapa essencial na organização do sistema escolar, principalmente ao nível da educação primária. Apesar de um fundo crescente para arcar com os custos do ensino, o governo e as autoridades locais não podiam fazer frente às necessidades. Surgiu-lhes a idéia - não tão nova assim - de impor uma contribuição financeira às famílias. Isto significou que a retribuição pelos serviços educativos se estendeu a todas as escolas públicas. Causou um violento choque no Instituto. Em nome do sacrossanto princípio da gratuidade para todos, foi preciso reiniciar a luta para que a retribuição do ensino não entrasse em nossas escolas, caso fossem públicas, e o eram em sua maioria. Tanto pior, se tivessem que ser uma exceção no conjunto do sistema escolar.

A luta pela gratuidade

Foram prestadas informações, constituídos dossiês, redigidos memoriais, houve troca de correspondências com os ministros... O Instituto queria absolutamente preservar sua especificidade na qual via sua identidade e uma condição de sua sobrevivência, em face de sucessivos governos bem determinados de impor suas decisões. A quebra-de-braço entre o Irmão *Philippe* (Superior Geral) e os Ministros da Educação, Rouland e Fortoul, no início do Segundo Império, bem ilustra essa luta. Foi retomada uma argumentação muito semelhante àquela do

século XVIII, em torno da alternativa: “Gratuidade para todos”, ou “Gratuidade apenas para os pobres”? – Seria muito longo lembrarmos aqui todos os episódios dessa polêmica. Ela se prolongou ao longo dos 40 anos, desde o início do Primeiro Império até o final do Segundo, de 1830 a 1870. As diatribes, por vezes, chegaram a beirar a chantagem: “Se nos quiserem obrigar a cobrar pelo ensino, diziam os Irmãos, abandonaremos as escolas”. – E isto aconteceu de fato. Quando as autoridades tomaram as ameaças ao pé da letra, os Irmãos se viram obrigados a abrir “escolas privadas”, mantidas por subscrições ou por generosos “fundadores”. Mas essas escolas eram abertas gratuitamente para todos.

A reviravolta de 1854

Os arquivos provam claramente que os Irmãos sempre esperavam que a situação mudasse, e que reencontrariam as condições anteriores. Aparentemente não sabiam que a história nunca se repete. À medida que o tempo passava, o número de retiradas das escolas públicas se multiplicava, mas as autoridades não cediam. Não teria sido a hora de reexaminar a posição do Instituto? – Mas, como se tratava de textos fundacionais, aprovados pela Santa Sé, nada se podia fazer sem a autorização desta.

Iniciaram-se, então, as séries de “requerimentos” ou petições enviadas ao Papa, para a obtenção dos “indultos” necessários para ab-rogar a prática tradicional, não apenas na França, mas no conjunto do Instituto na época.

Aceitou-se, assim, a título provisório, que as famílias remediadas pagassem uma retribuição pelo ensino, com a condição de que os Irmãos não a cobrassem. Como o provisório tende a se perpetuar, o Instituto, então, teve que adaptar-se a essa nova restrição.

Final amargo

A situação não melhorou com a Terceira República. Os responsáveis pela educação, eivados por um positivismo anti-clerical, quiseram diminuir a influência da Igreja e das Congregações religiosas no ensino.

A lei de 1881 instaurou a gratuidade para todos nas escolas públicas. A lei de 1882, laicizou os programas de ensino, o que afetou os membros das congregações religiosas que ensinavam em escolas públicas. A lei de 1886 proibiu aos membros das congregações religiosas a ensinar nas escolas primárias públicas. E, finalmente, pela lei de 1904, os membros de congregações religiosas foram totalmente proibidos de ensinar na França.

Ironia da história! Os Irmãos das Escolas Cristãs que haviam lutado pela gratuidade para todos nas escolas públicas foram expulsos delas, e tiveram que abrir escolas privadas, em que as famílias dos alunos tiveram que pagar! Aqueles mesmos que haviam proposto a retribuição nas escolas públicas, então as proclamaram gratuitas para todos!

O direito e os fatos

Mas, a atividade do Instituto e suas preocupações não se restringiram a essa longa batalha jurídica. A luta envolveu principalmente os “Superiores” ou seja os organismos diretivos, mas não há certeza se o comum dos Irmãos estivessem realmente cômicos da situação. Os Irmãos prosseguiram no seu trabalho a serviço de pobres, e criavam novos campos de ação. Foi até mesmo surpreendente! Conquanto a maioria deles trabalhasse em escolas primárias gratuitas, o aparecimento de novas necessidades geradas pela evolução sócio-econômica, inspirou novas respostas a necessidades, em benefício das crianças, dos jovens e dos adultos: Os primeiros orfanatos mantidos pelo Instituto; atividades nas prisões; primeiras escolas para surdos-mudos;

criação de cursos ao meio-dia para jovens aprendizes; aulas ao entardecer ou noturnas para operários adultos; alfabetização de recrutas ou de soldados; primeiros centros de agricultura e de horticultura; educação de pequenos limpa-chaminés e constituição de associações para eles; primeiras associações de trabalhadores, predecessoras dos sindicatos cristãos; a proliferação de pensionatos e de instituições reformatórias para menores contraventores; as reuniões dominicais de jovens e de adultos; “as obras de perseverança na fé”...

Um belo conjunto de realizações que fizeram do século XIX um período de criatividade para o Instituto na linha do serviço a pobres, pois todas essas inovações acima citadas, afetaram a milhares, e mesmo a dezenas de milhares de beneficiários.

Num olhar retrospectivo, poderíamos questionar-nos se a posição assumida pelo Instituto não foi muito minuciosa, de pouca visão, se não houve erro em fechar-se só na gratuidade, provocando assim ressentimentos pelos quais teve que pagar caro a partir de 1880. A impressão que podemos ter, é que o Instituto pensava poder prosseguir com sua missão como uma organização “autônoma”, desvinculada das realidades evolutivas da sociedade. Não teria sido melhor enveredar pelo caminho oposto: analisar as realidades e engenhar modificações nos textos para responder às novas necessidades de uma sociedade em evolução?

GRATUIDADE ESCOLAR E SERVIÇO A POBRES: O LUTO PELA GRATUIDADE PERDIDA

Descrevemos as corajosas lutas dos Irmãos para manter a integridade da gratuidade escolar durante os séculos XVIII e XIX. Mas, a convicção e a coragem não foram suficientes. As leis escolares do fim do século XIX e do início do século XX, constrangeram o Instituto a atuar em escolas privadas pagas e solicitar ao Papa rescritos de mais em mais longos e generalizados, para a ab-rogação da obrigatoriedade da gratuidade para todos, como era de regra. Essa situação, aliás, afetava também outros países onde os Irmãos trabalhavam.

Após 1905, apesar do ânimo dos Irmãos e sua adesão ao princípio da gratuidade, da engenhosa generosidade de cristãos (e muitas vezes do clero) que queriam que suas escolas sobrevivessem, apesar da experimentação de variadas fórmulas para manter as escolas, ou pelo menos de algumas categorias de alunos gratuitos, às vezes com prejuízo e ao lado de instituições pagas, foi preciso reconhecer que a gratuidade se tornara impossível.

Ilusão e Saudade

Apesar destas mudanças durante a primeira metade do século XX, as estatísticas publicadas pelo Instituto continuaram a contabilizar o número e a porcentagem de alunos gratuitos. É evidente, a curva somente podia ser decepcionante.

Contudo, vozes oficiais – do Governo do Instituto – continuaram a sonhar com um impossível retorno às situações do passado. Os Superiores Gerais ainda escreveram circulares que versavam a gratuidade: o Irmão *Adrien*, em 1933, na Circular 278; o Irmão *Athanase-Émile*, na Circular 322, em 1951, para assinalar o tricentenário do nascimento de São João Batista de La Salle. Sem esquecermos as páginas do “Breve Tratado do Estado Religioso”, publicado em 1950.

Nestes documentos oficiais, mas também em diversas notas enviadas aos sucessivos Capítulos Gerais, está expressa uma certa “consciência angustiada” do Instituto. Uma tal atitude, certamente, pode ser atribuída, em parte, a uma ignorância ou a uma interpretação errônea das evoluções em curso na sociedade, nos Estados, nas mentalidades e nos sistemas escolares desde o final do século XIX. Temos a impressão de que o Instituto se olhava “por dentro” e através de

textos, com a convicção de ter razão. Corria assim o risco de se fixar numa recusa a uma mudança ou num sonho divorciado das realidades exteriores. Sem nenhum exagero, podemos dizer que esse risco ainda permanece.

O “luto pela gratuidade”

Em seu livro “O Instituto a Serviço de Pobres” (*EL7, Roma, abril de 2000*) o Irmão Bruno Alpago, conclui seu penúltimo capítulo por uma assertiva muito exata: “Foi preciso um bom meio século para organizar o luto pela gratuidade perdida” (*Página 362*). Efetivamente, o Capítulo Geral de 1956 forneceu a oportunidade de expressar vigorosamente uma outra assertiva: “O mundo dos pobres nos é estranho; nossa formação, a orientação do nosso ensino, nosso estilo de vida, nossas preocupações,...nos situam mais perto da média burguesia, do mundo dos trabalhadores autônomos, dos colarinhos-brancos, do que dos pobres da classe operária” (*id. Página 362-363*).

O despertar para um renascimento

Essa tomada de consciência – ainda que muito tardia – preludiou uma nova concepção do “serviço educativo a pobres”. Isto se tornou evidente nos debates capitulares de 1956, e nas orientações apresentadas. Tornou-se ainda mais patente e resplandecente no Capítulo da Renovação, de 1966-67. Apareceu uma nova linguagem original na Nova Regra e na Declaração sobre “O Irmão das Escolas Cristãs no Mundo de Hoje”, de 1967.

Trata-se de uma abordagem nova: mais ampla, aprofundada, realista e diversificada. Em vez de ater-se a textos trisseculares, o Instituto quis privilegiar a análise das realidades sócio-econômicas, as condições de vida e das mentalidades dos pobres, isto é, de suas necessidades atuais. As respostas não foram inteiramente de natureza acadêmica.

Este movimento de pensamento e de ação, corajosamente iniciado em 1966, continuou enriquecendo-se e aprofundando-se durante os 35 últimos anos do século XX. Quanto a isto, é muito importante ler o último capítulo da obra do Irmão Bruno Alpago, que cobre esse período.

A mudança de linguagem é bastante evidente. O debate já não é polarizado somente sobre a gratuidade (contudo, sua importância não é questionada), porém sobre os pobres, até mesmo sobre os mais pobres, e suas necessidades educativas e pastorais. Estas são acompanhadas de apelos reiterados para uma verdadeira “conversão para os pobres”, para compromissos efetivos e significativos a seu serviço. Falta-nos ainda um estudo exaustivo do que foi realizado em termos práticos pelos pobres, nestes 35 últimos anos do século, para podermos medir todo o alcance da mudança efetuada. Contudo, sente-se que se trata de uma verdadeira renovação do “cenário” lassalista em todo o mundo.

Algumas questões que permanecem

Podemos questionar-nos legitimamente sobre se o Instituto, nos seus pronunciamentos oficiais não está tendendo a limitar-se à pobreza material ou econômica, ainda que as alusões a outras formas de pobreza apareçam regularmente. Para os professores e educadores lassalistas, o que lhes parece mais essencial e lhes causa maior preocupação: ser pobre em bens materiais, ou ser pobre em “humanidade” – uma pobreza cujas carências nos é dado observar todos os dias em muitas sociedades e países?

Esta é uma questão muito delicada e merece muitas respostas. Ela engendra uma outra questão igualmente delicada: Podemos nós ainda servir-nos de uma única linguagem no mundo lassalista que se faz presente em 80 países? E, se a resposta for não, o que implica tudo isto na hora de animar e de governar um conjunto tão diverso?

UMA ESCOLA QUE PROMOVE A INTERIORIDADE

O *Guia das Escolas* descreve as modalidades de uma educação integral dos alunos. Elas refletem a vigorosa convicção de La Salle: o fundamento de uma educação integral reside mais na força das motivações e das convicções, do que apenas na repetição de formas exteriores de agir. O mais importante é a riqueza da interioridade. Nas atividades escolares descritas no *Guia*, numerosos elementos concorrem para a realização desse objetivo. Julgamos que os principais sejam os seguintes:

- A reflexão de todas as manhãs
- A lembrança da santa presença de Deus
- O silêncio na escola
- O exame de consciência da tarde
- O momento das correções ou punições.

A reflexão de todas as manhãs

No espírito do *Guia das Escolas*, a reflexão diária muito claramente integrava as modalidades da formação cristã dos alunos, e se enquadrava naturalmente na oração da manhã. Era um dos três únicos momentos em que o professor se dirigia a toda a classe ao mesmo tempo. Era uma alocução breve, partida do coração, da convicção do professor e convincente para os alunos, bem preparada, numa palavra uma “exortação”. Para o Fundador, a reflexão era um exercício tão importante que ele se referiu a ele em diversos outros escritos, inclusive a fez constar nas *Regras Comuns* de 1718.

As modalidades concretas da reflexão podem surpreender-nos e até mesmo nos chocar um tanto: um número limitado de assuntos; temas fixados de antemão; esquema de desenvolvimento estipulado, inalterável; centralizada sobre o pecado, a conversão, a salvação... Mas, vamos ater-nos principalmente às finalidades da reflexão: A formação da consciência pessoal; da reflexão sobre si mesmo; da interioridade; em vista de modificar ou de habituar a comportamentos morais pessoais cristãos.

A reflexão tem sido uma verdadeira tradição viva do Instituto: Ao longo de três séculos de história lassalista, vários Capítulos Gerais, ou os Superiores dos Irmãos têm recordado a necessidade e a importância da reflexão. Obviamente, a evolução dos tipos de estabelecimentos, a diversidade das situações locais, o desenvolvimento da sociedade e da Igreja... ocasionaram mudanças progressivas na maneira de fazer a reflexão. As principais linhas dessa evolução foram as seguintes:

- Mudanças na forma da reflexão
- Abertura a temas mais numerosos e mais variados
- Adaptação a alunos com mais idade nos estabelecimentos escolares
- Responsabilidade partilhada entre os professores de uma mesma classe
- Utilização de acontecimentos, ou de ocorrências da atualidade extra-escolar como pontos de partida.

Um período de transição: nos últimos decênios do século XIX apareceram “Coleções de Reflexões”, especialmente na França, no Canadá e nos Estados Unidos. Durante a primeira metade do século XX, numerosos Irmãos fizeram sua “coleção pessoal” de assuntos de reflexão. Todavia, durante a II Guerra Mundial e no período pós-guerra essas iniciativas gradualmente se ofuscaram. Os motivos para isto talvez fossem o esquecimento ou a falta de interesse para este elemento de formação, mas também as importantes mudanças nos corpos docentes e na organização interna dos estabelecimentos lassalistas de ensino. Temos que registrar, porém, um

trabalho sobre a reflexão, realizado pelos Irmãos italianos, em 1934: Foi realizada uma pesquisa junto aos Irmãos, e os resultados foram analisados e esquadrihados na *Rivista Lasalliana*. Mais recentemente, diversos Irmãos de outros países puderam inspirar-se nesse trabalho

Muitos Irmãos franceses, hoje aposentados e, com certeza, muitos professores leigos dentre os primeiros a trabalhar como colaboradores nos estabelecimentos lassalistas, conheceram e praticaram a reflexão. Mais recentemente ainda, em vários países se está manifestando uma renovação na prática da reflexão. Sem precisarmos procurar longe, assinalamos os trabalhos realizados na Itália, na Espanha, mas também na França, nos Estados Unidos, na Austrália...Estão voltando a publicar coleções de reflexões para ajudar a todos os professores, mais especialmente aos leigos, para fazerem a reflexão da manhã, nas escolas lassalistas. A reflexão está voltando a ser um instrumento privilegiado de formação humana e cristã com que se inicia a jornada de trabalho em nossas escolas.

O interesse e a pertinência da reflexão: o texto do *Guia das Escolas* contém três termos importantes: “conforme sua capacidade”. Estas palavras se referem aos alunos, e lembram uma preocupação pedagógica permanente de João Batista de La Salle: pôr-se sempre à altura dos alunos, para que tirem o máximo proveito dos ensinamentos que lhes são ministrados.

A reflexão é precisamente um tipo de atividade possível de ser adaptada a todos os meios e a todas as idades da população escolar. Ela convém perfeitamente às situações de pluralismo que hoje conhecemos. Num grande espírito de abertura, de tolerância e de respeito das convicções de cada um, ela pode tornar-se um instrumento notório de educação para os valores, aqueles valores que propomos no Projeto Educativo Lassalista: a justiça, a solidariedade, a dignidade, o civismo, o respeito pelo meio ambiente, a abertura ao universal... Ela pode constituir-se num momento privilegiado de formação da consciência crítica no mundo de hoje. Permite dar início a um breve diálogo entre os professores adultos e os alunos: crianças, adolescentes e jovens. Ela é um modo de “mover os corações”. É um itinerário de educação para a verdadeira liberdade de cada um. É uma dimensão da pastoral escolar no sentido mais profundo.

* * *

A LEMBRANÇA DA SANTA PRESENÇA DE DEUS

Nas horas e nas meias-horas, um aluno, com esse encargo, devia tocar uma sineta, para chamar à atenção sua classe e toda a escola. Imediatamente, professor e alunos interrompiam as atividades em curso. O professor dizia: “*Souvenons-nous que nous sommes en la sainte présence de Dieu*” (“Lembremo-nos que estamos na santa presença de Deus”), e todos os alunos respondiam: “*Adorons-le*” (“Adoremo-lo”). Seguia-se um momento de recolhimento coletivo, que o professor concluía com outra piedosa invocação. Impossível saber, com certeza, o que então se passava na cabeça dos alunos. Mas, podemos supor que isto variava conforme as pessoas e os dias. A longo prazo, todavia, esse exercício repetido certamente deixava suas marcas.

A convicção de São João Batista de La Salle

Sua antropologia pessoal se baseava na convicção de que a pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus é o templo vivo do Espírito Santo. Ter consciência disto e lembrá-lo de tempo em tempo, se torna manancial de motivações para todas as ações. Essa convicção foi também a chave de seu “*Regras de Decoro Cristão e de Civilidade Cristã*”. Citamos do prefácio dessa obra a seguinte asserção: “Eles (os professres), ensinando as regras do decoro, nunca

devem esquecer que essas regras devem ser observadas por motivos puramente cristãos, sempre referidas à glória de Deus e à salvação da alma ...Eles tomarão o cuidado de estimulá-los motivados pela presença de Deus” (*RB prefácio*).

Uma prática de todas as horas

Encontramos a mesma idéia nos primeiros parágrafos do *Guia das Escolas*. O capítulo que trata da “entrada na escola” lembrava aos alunos que esperassem até a abertura das portas “num procedimento tal que edificasse a todos”; que depois entrassem sem movimentações barulhentas; que “caminhassem tão devagar e silenciosamente que não fossem sequer percebidos”. Em resumo, os alunos “deviam ser estimulados a entrar em suas salas de aula com um profundo respeito, motivados pela presença de Deus”. A mesma atitude recolhida era exigida dos professores e dos alunos durante os momentos diários de oração: “A cada hora do dia se farão algumas breves orações que servirão aos professores para renovarem a atenção sobre si mesmos e sobre a presença de Deus, e aos alunos para se habituarem a pensar em Deus de tempo em tempo durante o dia, e oferecer-lhe todas as suas ações, para atraírem sobre si as bênçãos de Deus” (*CE cap. 7*).

O objetivo final

Poderíamos ampliar em muito estas citações, tão recorrentes são as motivações para o recolhimento, o silêncio e a interiorização, no *Guia das Escolas*. É fácil concluir, quanto a lembrança freqüente da presença de Deus, ao longo de toda uma escolarização, marca a mente de uma pessoa, e vai criando uma espécie de reflexo. Muitos antigos alunos deram testemunhos neste sentido, declarando que mantiveram esse hábito em sua vida pessoal e profissional, juntando a presença de Deus a cada início de uma nova atividade.

Em uma de suas meditações, São João Batista de La Salle parece resumir os objetivos desse exercício. “*Se amardes deveras a Jesus Cristo, aplicar-vos-eis com todo o cuidado possível a infundir seu santo amor no coração dos meninos que estais formando, para deles fazerdes seus discípulos. Empenhai-vos de sorte que pensem muitas vezes em Jesus, seu bom e único mestre; que falem com freqüência de Jesus; que só aspirem a Jesus e só respirem para Jesus*” (Med. 102, 2). – Objetivo ambicioso! Utópico? Talvez seja. Mas, essas linhas também ressaltam o vigor da convicção que habitava em São João Batista de La Salle.

Uma verdadeira tradição...

Hoje, essa prática da lembrança regular e freqüente da presença de Deus, pode parecer estranha a algumas pessoas. Mas, ela constituiu uma longa tradição nas escolas dos Irmãos. Ainda em vigor na metade do século XX, ela sempre tem subsistido e continua em uso em algumas regiões do mundo lassalista. Se foi abandonada em alguns lugares, foi devido essencialmente a mudanças que se produziram na vida escolar e no ensino em determinados países. Ao longo destes últimos decênios, o pluralismo religioso entre os professores e os alunos obrigou a repensar este exercício. O respeito da liberdade religiosa e da consciência é um argumento a ser tomado em consideração neste domínio.

...que continua sendo uma necessidade urgente

Nunca deixará de ser verdade que a educação para a interioridade é um elemento essencial, e que no mundo atual se está caracterizando como de urgente necessidade. O ambiente cultural e midiático em que os jovens e nós mesmos, hoje, nos movemos não ajuda muito. O desafio é muito grande: a interioridade é um pressuposto da própria capacidade de liberdade pessoal. Um “superávit de interioridade” parece indispensável para viver em liberdade na sociedade e na

Igreja de amanhã. Vale a pena que nos questionemos: De quais meios concretos nos valeremos, nos diferentes níveis da escolaridade, para desenvolvermos a interioridade de nossos alunos?

* * *

O VALOR EDUCATIVO DO SILÊNCIO

“*Do cuidado que o professor deve ter de fazer guardar um silêncio muito grande na escola*”. Este é o título do 3º artigo, do 1º capítulo, da 2ª parte do *Guia das Escolas*. O silêncio: um outro caminho para a educação para a interioridade, segundo São João Batista de La Salle e seus primeiros Irmãos.

Três séculos mais tarde, as condições de ensino mudaram muito. Falamos preferentemente de uma pedagogia de diálogo, de comunicação ou de participação. Vivemos na era da mídia. É também preciso que nos interroguemos sobre a pertinência de um “silêncio muito grande”. Certamente não se trata de reproduzir o tipo de organização escolar descrito no *Guia das Escolas*, mas simplesmente de compreender o valor que esse silêncio podia ter na educação naquela época, e que, sem dúvida, tem ainda hoje. Vamos destacar apenas três dimensões do silêncio na sala de aula.

Dimensão funcional

“*O silêncio é um dos principais meios para estabelecer e manter a boa ordem nas escolas*”. – É um princípio que, primeiramente, se impôs por motivos de organização. É verdade que a maioria das “Pequenas Escolas” do século XVII não primavam pela organização. Em boa parte, isto dependia das condições em que funcionavam. La Salle e seus Irmãos sabiam disto, e foi, certamente, como reação a essas insuficiências que eles julgaram indispensável a prescrição de um silêncio tão rigoroso. O número excessivo de alunos numa mesma sala, e a mescla de vários níveis ou divisões fizeram disto uma necessidade.

Foi também uma preocupação pela disciplina. A educação de uma pessoa não é possível sem uma boa disciplina. Em parte, isto depende do uso da palavra na sala de aula. Esta é uma observação sábia e constante da pedagogia. A parcimônia de palavras garante a ordem, a escuta, a disciplina num grupo. - Com muito mais razão naquela época. Quanto mais os professores falavam, menos eram escutados.

Por fim, era também uma determinação visando à eficácia das atividades escolares. Organização e disciplina, ao natural, desembocam na eficácia do ensino. - É bem conhecida – e isto aparece a toda hora no *Guia das Escolas* – a preocupação primordial de La Salle, que recomendava insistentemente que a escola andasse bem e fosse eficiente. Isto era mesmo uma característica imperativa do serviço educativo que ele queria prestar aos pobres. O silêncio, desta forma, era uma condição coerente do processo escolar: organização-disciplina-eficácia.

Dimensão social

Já no primeiro capítulo, o *Guia das Escolas* nos apresenta os alunos que, antes de entrar na escola, se dispõem por sua atitude de calma, tranqüilidade, controle de seu comportamento, a trabalhar em silêncio; e depois no-los descreve ocupando-se silenciosamente até que o professor chegasse. O *Guia das Escolas* prossegue em asserções como esta: “*Quando os alunos se movimentarem dentro da escola, o professor procurará que tenham a cabeça descoberta, os braços cruzados, e que caminhem pausadamente, sem arrastar os pés sobre o soalho ou fazer ruído com seus tamancos se estiverem usando, para não prejudicar o silêncio que deve reinar continuamente na escola*”. (GE 11.3.11).

“Do cuidado que um professor deve ter para fazer guardar um silêncio muito grande na escola”. O silêncio tem uma dimensão social: por manifestar uma atenção aos outros e criar um ambiente favorável ao trabalho e manifestar um verdadeiro respeito pelas pessoas. Para ilustrar esta assertiva, basta reler o último parágrafo do artigo 3º sobre o silêncio. Estão ali detalhadas as atitudes e os procedimentos que devem ser adotados para facilitar o silêncio dos colegas de aula, pois as traquinices, as provocações, as travessuras... constituem incitamentos para quebrar o silêncio ou diminuir a qualidade da concentração necessária. Na realidade, é uma breve descrição do domínio sobre si mesmo nos olhares, nos gestos, no proceder e nos deslocamentos, em suma, um silêncio de todo o corpo e não apenas da língua.

Dimensão espiritual

É este aspecto do domínio de si, da atenção permanente ao próprio corpo, que nos introduz diretamente na dimensão de interioridade, e, por isso, ao componente espiritual do silêncio. Não estamos aqui interessados numa apologia do silêncio por si, mas antes de um silêncio que se situa num ponto de convergência entre a antropologia de La Salle, seu conceito do “Decoro Cristão e da Civilidade Cristã”, e seus conceitos de educação.

A asserção que segue nos lembra que o silêncio se baseia numa motivação espiritual: *“O professor fará com que os alunos entendam que devem guardar o silêncio, não porque ele, o professor, esteja presente, mas porque Deus os vê e isto é da santa vontade dEle”.* (GE 11, 3.2).

O silêncio não é um absoluto em si. Sob certas condições, é um caminho para a interioridade. Visto estarmos tratando do *Guia das Escolas*, encontramos nele duas complementações que nos parecem necessárias:

- Os conselhos relativos aos alunos também se aplicam quase identicamente aos professores. Esta é uma característica recorrente do *Guia das Escolas*: “O professor deve ser em tudo um modelo para seus alunos e praticar, ele mesmo, o que exige deles”. - Não é esta, acaso, a base de toda verdadeira ação educativa?

- Por outro lado, o capítulo sobre o silêncio na escola é seguido imediatamente daquele que trata dos “Sinais”, que são uma complementação muito útil dele. Será oportuno recordar, mesmo para o nosso tempo, que a comunicação inter-pessoal não é apenas verbal. O *Guia das Escolas* versa apenas os sinais, mas no século XX, a semiologia nos ensina que existem numerosas linguagens, e várias delas encontraram seu lugar na pedagogia contemporânea: a mímica, ou seja os gestos, a expressão corporal, a imagem... Seria muito bom que nos perguntássemos que lugar estas linguagens ocupam em nossa ação educativa, e como elas podem expressar as riquezas da interioridade, talvez com mais vigor do que a vacuidade de um excesso de palavras.

* * *

O EXAME DE CONSCIÊNCIA

“Das reflexões da oração da manhã, e do exame da oração da tarde”

“Há um exame de consciência como parte das orações da tarde. Ele abrange os pecados que os meninos mais comumente são expostos a cometer. Esse exame é dividido em quatro partes, e cada parte ou artigo em cinco pontos.

“Cada dia somente se lerá um dos quatro artigos, e se lerá o mesmo artigo todos os dias da mesma semana; assim esses quatro artigos servirão para quatro semanas consecutivas; e depois da última semana se recomeçará a leitura do primeiro artigo. Quanto aos cinco pontos do artigo lido durante a semana, a mesma ordem e as mesmas práticas são mantidas como indicado acima, no que se refere às cinco reflexões marcadas para a oração da manhã” (CE, 7ª parte Capítulo VII).

No *Guia das Escolas Cristãs* o dia escolar do aluno iniciava, e se concluía, por dois “exercícios” característicos, cuja finalidade era a educação do homem interior: a reflexão da manhã, e o exame de consciência da tarde.

Percebe-se, de imediato, um paralelismo na apresentação e no desenrolar destes dois exercícios. Os assuntos eram determinados de antemão para todos, e não deixados à livre opção dos professores. No *Guia das Escolas Cristãs*, eram um dos elementos da uniformidade desejada, mas cujos lados positivos não nos são imediatamente evidentes. Os tópicos se repetiam de mês em mês, o que, sem dúvida, os esvaziava rapidamente de um elemento de novidade, de expectativa ou de imprevisibilidade, mas também de algum elemento de interesse e motivação.

A simetria igualmente transparece no desenvolvimento: Iniciava-se com a leitura do ponto previsto para o dia. Seguia-se um convite para cada um entrar em si mesmo; e o exercício era concluído por um breve comentário exortativo do professor. Na sua estrutura, os dois exercícios expressavam claramente as marcas de uma época. Eis por que exigiram e conheceram uma evolução necessária ao longo da história das escolas cristãs.

Os objetivos essenciais

Na reflexão da manhã, os alunos eram estimulados a refletir sobre um tipo de comportamento a que o texto induzia, e que o professor devia explicitar. Constituía, pois, um meio de orientação para todo o dia, e fixava algum objetivo preciso. Assim, a coerência educativa exigia que no fim do dia houvesse um outro exercício simétrico.

O exame de consciência, no final do trabalho e da vida escolar do dia, constituía um momento de verdadeira introspecção. Não devemos fixar-nos muito no termo “pecados” que consta do texto, pois ele reflete uma mentalidade religiosa do século XVII. É muito mais significativo realçar o interesse desse olhar retrospectivo sobre o dia que passou, quando o aluno analisa e avalia seu próprio comportamento, sem pressão exterior, à luz de uma leitura ouvida e dos comentários propostos.

Não podemos aqui comentar detalhadamente o texto, mas pode ser esclarecedora a leitura das perguntas colocadas no final dos quatro artigos. Nelas desfilam realmente os “deveres” do cristão, do aluno, do jovem em seu meio. Como diz o título do exercício: “Cada um agora se pergunte”. Todos eram, então, convidados a se examinarem sucessivamente sobre quatro aspectos essenciais do seu comportamento:

- Como cristão, na observância dos mandamentos de Deus.
- Como membro de uma sociedade, fora da escola, em função das “regras de decoreto cristão e de civilidade cristã”.
- Como membro de um grupo muito particular, o da sua sala, com os colegas de aula.
- Como indivíduo, na sua conduta fora da escola, mas também no trabalho escolar.

Esse “exame de consciência” era, pois, um momento bem característico das conceituações de São João Batista de La Salle. Reflete sua determinação de tomar em consideração a totalidade da pessoa humana, em vista de uma educação unificada. Eu preferiria dizer “educação integrada, integral” (holística), porque julgo que expressa melhor a visão educativa lassaliana, tanto para ontem como para hoje.

A interioridade que se queria desenvolver não era apenas “psicológica”, no sentido da introspecção – o que já seria interessante – mas ela assumia uma dimensão “espiritual” ou religiosa, indispensável no projeto educativo de São João Batista de La Salle. Exatamente por isso, o exame de consciência se concluía por um “ato de contrição” coletivo, e de “oferecimento da noite que baixava”, antes de um cântico que fechava a jornada letiva, de acordo com o *Guia das Escolas Cristãs*.

Visto por este ângulo, esse exercício era particularmente formativo da interioridade, na medida em que desenvolvia uma verdadeira consciência de si, com muita lucidez. Efetivamente, ele contribuía para reforçar o sentido das responsabilidades pessoais na condução da vida. Na medida em que os alunos adentravam sinceramente o processo de discernimento, eles cresciam em maturidade, em liberdade interior.

Mais ainda, a repetição deste exercício ao longo de toda a escolarização – mesmo que não ultrapassasse três anos – podia constituir um itinerário de descoberta e de assimilação de certos valores morais. Também nisto, poderíamos legitimamente avaliar que se tratava de uma perspectiva moralista muito estreita, mas que tinha muito que ver com a mentalidade da época.

Descobrir e dar um sentido à vida

Foi precisamente neste quadro sócio-religioso da Reforma Católica que os alunos puderam descobrir progressivamente um certo modo de vida, de serem cristãos, e de dar sentido à sua existência. É pelo menos isto que se depreende das orientações dadas pela maioria dos educadores cristãos dessa época.

A par das perspectivas moralizantes, a interiorização dos valores visava a modelar o comportamento social dos alunos, por conseguinte, desenvolver o decoreto e a civilidade que a sociedade esperava receber e de que a Igreja fazia uma das finalidades de suas escolas, inclusive das Pequenas Escolas para o povo. Maturidade, responsabilidade, liberdade... enquanto formadoras e componentes da interioridade. São outros tantos conceitos que hoje continuamos a entender como perenes e de urgente necessidade.

A CORREÇÃO-CONVERSÃO

A par do exame diário de consciência, certos alunos eram chamados a fazer um exame bastante especial: eram aqueles que haviam merecido uma repreensão, ou punição, por um algum mau comportamento. Isto consta no *Guia das Escolas*, mas também em muitos outros escritos lassalianos, como na meditações 203 e 204.

“Assim é que deveis repreender e corrigir os vossos alunos quando cometerem alguma falta. Tanto mais que as crianças têm esta particularidade de muitas vezes caírem em falta porque fazem as coisas sem reflexão. Ora, como as repreensões e correções recebidas lhes dão ocasião de refletir sobre o que deviam fazer, terão por efeito fazê-los prestar atenção, para não recaírem nas mesmas faltas” (*Med. 20, 1*).

“O fruto de uma sábia correção é, pois, que quem a recebe se coloque na disposição de emendar-se das suas faltas. Ao contrário, feita com paixão e sem ter Deus em vista, a correção só serviria para indispor o discípulo contra o mestre e provocar-lhe sentimentos de vingança e animosidade, às vezes por muito tempo. Os efeitos estão geralmente em proporção com as suas causas. Portanto, se quiserdes que vossas correções tenham o efeito que devem produzir, aplicai-as de maneira que possam contentar a Deus e aqueles que as recebem. Cuidai, sobretudo, de que seja a caridade e o zelo pela salvação das almas de vossos alunos que vos leve a corrigi-los” (*Med. 204, 3*).

Sabemos que as correções e punições constituíam um aspecto importante na pedagogia do século XVII. Foram um fato histórico que não iremos comentar aqui. La Salle julgava que a correção seria inútil – possivelmente nefasta – caso o interessado se recusasse a aceitá-la, ou manifestasse revolta contra ela. Pois esta atitude indicaria claramente que o aluno não tinha consciência de sua falta, e que julgava não merecer a sanção. Ao professor cabia entrar em si mesmo para avaliar suas responsabilidades e aceitar as consequências de seus atos. “Assim é que deveis repreender e corrigir os vossos alunos”..., para fazê-los refletir, e mudar de conduta. “É preciso servir-se desse remédio que fará com que eles cheguem à sabedoria”.

Os objetivos

O raciocínio de La Salle é coerente. Na meditação 203, ele explica que “uma criança acostumada ao pecado perdeu de certo modo sua liberdade e se fez cativa e infeliz”. Aos educadores, pois, toca “tomar todo cuidado para firmar os alunos nesta liberdade dos filhos de Deus, que Jesus Cristo nos conquistou morrendo por nós”. Para isto, não é preciso recorrer a meios repressivos como se poderia deduzir de imediato das asserções acima citadas, mas sim, “servir-se de dois meios a esse respeito: O primeiro é a ternura e a paciência. O segundo é a prudência nas repreensões e nas punições”. Simultaneamente, seria uma falta contra seus deveres, caso os educadores não repreendessem nem corrigissem seus alunos, porque são responsáveis perante os pais, a Igreja e o próprio Deus.

O que as duas meditações, 203 e 204, ressaltam claramente, é a inspiração espiritual e o apelo à interioridade em qualquer repreensão ou punição.

As condições

Inspiração espiritual por parte do professor, mas certamente também por parte do aluno repreendido ou castigado. Desta maneira, o professor estará em condições de agir “com a máxima sabedoria possível, com prudência e moderação, e da forma mais capaz de tornar a repreensão ou a punição útil ao aluno”. É interessante ressaltar que a correção não tem, sobretudo, uma função repressiva, mas visa a uma mudança interior suscetível de repercutir sobre o comportamento exterior. Ao mesmo tempo, é preciso dar-se conta, que essa mudança só acontecerá se o aluno tiver atingido um nível suficiente de maturidade, de interioridade. Porque interioridade e sentido de responsabilidade são indissociáveis e constituem a “força motivadora”

da conversão. Elas permitem valorizar corretamente os próprios atos, reconhecer seus limites e seus erros, admitir o mal que se pode causar ao próximo, e, finalmente aceitar as regras de vida em grupo. Nesta perspectiva, a correção-conversão não visa apenas ao presente escolar, mas prepara para a vida em sociedade e na Igreja.

Os referenciais

Para ilustrar sua proposta, La Salle, como costumava fazer, recorreu a exemplos bíblicos. Neste caso, das repreensões ou punições, recordou as admoestações feitas a Heli por Samuel; a Davi por Natan; aos vendilhões do templo e aos fariseus por Jesus; aos Coríntios por São Paulo. Ele bem que poderia ter comentado também a parábola do filho pródigo, cujas lições assentariam particularmente bem a este artigo, mais especificamente o itinerário de conversão interior do filho mais novo.

Estes exemplos bíblicos ressaltam o quanto a proposta de João Batista de La Salle é, antes de tudo, espiritual, e não disciplinar. Ele demonstra como a interioridade permite encontrar-se e conhecer-se pessoalmente, mas também descobrir Deus em si, e, deste modo, chegar à “liberdade dos filhos de Deus”.

Mudar de conduta significa converter-se por convicção pessoal, após reflexão, é exercer sua liberdade, é agir como adulto. É dar prova de que se atingiu o coração da interioridade. Não há, pois, incongruência em associar interioridade com correção.

No contexto moderno, hoje é fácil perceber a importância educativa deste tema. Ao observar certas ocorrências que acontecem na sociedade atual, nos apercebemos da perniciosa conexão entre a recusa de aceitar responsabilidades, a rejeição de normas que governam a vida social, a confusão entre a natureza da liberdade e uma carência de interioridade. Um assunto muito vasto!

Educar os jovens para a interioridade seria um grande benefício para eles, para sua qualidade humana, seu equilíbrio espiritual e sua verdadeira liberdade. E também seria um grande benefício para a vida social.

Que belo projeto educativo se poderia construir em torno deste tema!

UMA EXIGÊNCIA: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA UMA PROFISSÃO-MINISTÉRIO

Alguns dos historiadores da escola na França consideram João Batista de La Salle como o “Mestre dos Professores” (*L’Instituteur des instituteurs*), e, no dia 26 de abril de 1950, o Papa Pio XII o proclamou “Patrono dos Professores Cristãos”. Sem dúvida, La Salle fez jus a esses títulos.

Antes de La Salle houve algumas tentativas para a formação de professores para as Pequenas Escolas: na paróquia de *Saint-Nicolas du Chardonnet*, em *Lyon* por Charles Démia, pela Companhia do Santíssimo Sacramento... Mas todas elas foram realizações locais e transitórias. Foi São João Batista de La Salle quem abriu os caminhos para a formação sistemática dos professores.

Um verdadeiro precursor

Desde seus primeiros contatos com os professores das Pequenas Escolas, La Salle se conscientizou claramente de que o problema mais urgente das escolas residia na falta de formação dos professores. Assim, durante 40 anos, de 1679 a 1719, o essencial de sua atividade se orientou para essa formação: os professores de suas próprias escolas, que haveriam de se tornar os primeiros Irmãos, e aqueles que lhe eram confiados para que os formasse nos seus “Seminários de mestres para a campanha”. Malgrado um certo número de fracassos e de dissabores, estes produziram excelentes resultados.

O êxito dessa formação foi praticamente imediato. A fama do Fundador se espalhou rapidamente bem para além dos limites da diocese de Reims, de onde lhe foram encaminhadas solicitações para que fizesse com que jovens candidatos leigos se beneficiassem da qualidade e da solidez dessa formação. Para os Irmãos, sobretudo, mas também para os professores da campanha que o desejassem, essa formação inicial muito em breve se fez acompanhada de uma formação permanente, cujas principais modalidades foram as seguintes: enriquecimento da cultura pessoal, exercícios diários de aperfeiçoamento na comunidade, presença contínua de um inspetor em cada escola, encontros anuais de reflexão e de troca de experiências pedagógicas, correspondência regular do Fundador com cada Irmão...

Deve-se acrescentar que todos os escritos de João Batista de La Salle tiveram o objetivo de ajudar aos Irmãos-professores, em sua formação pessoal, espiritual e pedagógica, em vista de um melhor exercício de sua profissão-ministério.

Um canteiro inesgotável de serviços

A realidade que La Salle encontrou em 1679, de modo nenhum era das mais fulgentes. Os professores não só não recebiam formação específica, mas seu bom nome na sociedade estava comprometido. Para sair dessa situação, La Salle decidiu agir simultaneamente em várias áreas. Partindo de seus escritos, tentarei realçar particularmente seis dessas áreas:

- ♣ Em primeiro lugar, garantir que os novos professores tivessem uma formação séria: humana, social, profissional e espiritual. Ele se ateve insistentemente a esse objetivo desde seus primeiros encontros, em 1679, com Adrien Nyel e alguns de seus professores.
- ♣ Restaurar a dignidade da profissão de professor aos olhos da sociedade e da Igreja. Convencer a eles próprios e incitá-los a se conduzirem conseqüentemente: maneira de trajar, linguagem, comportamento, estilo de vida...

- ♣ Conscientizá-los sobre suas responsabilidades como professores junto dos alunos – mormente dos pobres – dos pais dos alunos, da sociedade, da Igreja, e principalmente de Deus. Uma responsabilidade da qual terão que prestar contas a todos estes.
- ♣ Estimulá-los a estabelecer uma relação pedagógica com os jovens, baseada na ternura, na paciência, no bom exemplo e na vigilância. O amor e a preocupação pelos alunos é o próprio coração do trabalho educativo e pastoral.
- ♣ Trabalhar em equipe no seio de uma “associação”, fonte de enriquecimento mútuo, garantia do bom funcionamento da escola, verdadeiro germe da comunidade educativa atual.
- ♣ Descobrir progressivamente que, na qualidade de professores cristãos, chamados a anunciar o Evangelho, sua profissão se torna um verdadeiro ministério ou apostolado na Igreja, através da formação integral dos jovens.

O Fundador compreendera que o êxito de um projeto educativo dependia essencialmente da qualidade daqueles que o punham em execução.

Uma tradição lassalista

Durante três séculos, o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs decidiu manter essa preocupação pela formação profissional e espiritual de seus novos membros. Os noviciados, os escolasticados, os pensionatos, a ajuda mútua nas comunidades... foram os principais meios de formação de novos professores. Para isto, em diversos países e continentes em que se implantou, o Instituto muitas vezes iniciou com o estabelecimento de Escolas Normais. Algumas delas ainda continuam existindo. Hoje, em muitos países, o Estado tomou a seu encargo a formação inicial e permanente dos professores.

Por uma formação integral

São João Batista de La Salle não se preocupava apenas da formação pedagógica: suas ambições eram bem mais amplas. Para os professores, assim como para os alunos, ele queria uma formação integral.

Em nossos dias, não é a qualificação acadêmica que primordialmente preocupa os lassalistas. A muito recente multiplicação de “Centros Educacionais Lassalistas” é significativa de uma outra convicção: Os professores não são simples distribuidores de instrução, mas visam a realizar uma educação integral dos jovens nos planos intelectual, pessoal, social, cívico, moral e espiritual. Desta maneira querem dar à profissão de educadores todo o seu sentido de vocação e ministério. Eles querem suscitar em todos que os virem, a ânsia, o orgulho e a satisfação de se dedicarem a fundo na missão, pois se trata verdadeiramente de uma profissão-vocação-ministério.